

PONTIFÍCIA **U**NIVERSIDADE **C**ATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Lara Furtado Mendes

Orientador: Marcelo Nonnenberg

**“Por que os chineses buscam investir em países em desenvolvimento? Uma
análise acerca do IED chinês: África e Brasil.”**

**Graduação em Relações Internacionais
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro**

RIO DE JANEIRO

2020.2



Lara Furtado Mendes

Orientador: Marcelo Nonnenberg

**“Por que os chineses buscam investir em países em desenvolvimento? Uma
análise acerca do IED chinês: África e Brasil.”**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações
Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-
Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais**

**Graduação em Relações Internacionais
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro**

RIO DE JANEIRO

2020.2

Agradecimentos:

Muito difícil colocar em palavras sentimentos que não estão maduros o suficiente para que possamos compreendê-los por completo, tal como, no momento, o de me graduar na faculdade. Ainda assim, seria injusto da minha parte não dedicar uma seção do documento, que representa a conclusão de um capítulo importante da minha história, aos que contribuíram com a minha chegada até aqui. Foram quatro anos intensos, cheios de experiências e aprendizados, traduzidos em uma vida universitária. O clichê “parece que foi ontem que eu estava no meu primeiro dia de aula” nunca fez tanto sentido. O tempo realmente voa. E isso só me faz ter mais certeza da importância de expressar minha gratidão por todas as pessoas que cruzaram o meu caminho e que, de alguma forma, estiveram comigo ao longo desses anos. Não se chega a lugar nenhum sozinho e, por isso, deixo aqui o reconhecimento do amor, da amizade e do suporte aos que marcaram essa trajetória.

Em primeiro lugar, meus mais sinceros agradecimentos vão a quem sempre priorizou e investiu na minha educação, meus pais, Junior e Mariangela. Vocês são minhas eternas inspirações e agradeço muito por acreditarem em mim, por fazerem de tudo pela minha felicidade e pelo meu bem-estar e, principalmente, por me darem a certeza de que nunca estou ou estarei sozinha. Não existem palavras suficientes para expressar minha admiração por vocês, pela trajetória de vocês e pelos valores que me ensinaram. Se um dia eu tiver metade da força e da determinação dos dois, estarei muito feliz. Amo muito vocês e espero orgulhá-los cada vez mais.

O meu agradecimento se estende a toda a minha família, seja de sangue ou de coração, que nunca me deixou faltar amor, aos exemplos que tenho nela e, principalmente, à minha avó Elisete, mulher forte e guerreira, que tem toda a minha admiração. Muito obrigada também a dinda Angélica, dona Conceição, Ricardo e Vivi, que me viram crescer ou cresceram junto a mim, sempre cuidaram de mim e têm participação na pessoa que sou hoje, muito obrigada e vocês têm, igualmente, o meu amor.

Agradeço às amigas que tenho como irmãs, que estiveram comigo desde muito antes de faculdade, permaneceram durante esses anos, e são quem eu sei que posso contar em absolutamente qualquer circunstância na minha vida. Dora, Julia,

Laura, Renata e Sophia, vocês sempre serão minha certeza, prova de amizade e cumplicidade, amo vocês.

Agradeço também aos meus amigos de escola que permaneceram para a vida. Brunno, Caio, Filipe, Igor, Isadora, Lucas Cayo, Michel e Thauã, muito obrigada pela amizade que ultrapassou o convívio diário adolescente, e segue firme em direção à vida adulta. Obrigada também por todas as viagens e encontros ao longo desses anos, e por saber que, não importa o tempo que passe, nossa união continua.

Aos amigos que fiz na faculdade, agradeço a quem considere meus presentes da PUC desde o primeiro semestre. Carlos, Lu Melo e Lu Muniz, muito obrigada por marcarem os meus primeiros períodos e participarem de algumas das melhores memórias que posso ter da faculdade. O meu agradecimento se estende à Bia, Giulia, Giullia, Joaquim, Lautícia, Maria Rita, Lu Macedo, Thaís e Vitória. Minha experiência acadêmica não seria completa sem vocês. Muito obrigada pela amizade, vocês foram encontros que a faculdade me proporcionou e que quero levar para além dela. Um agradecimento mais do que especial à Camila - ou Lulu, para os amigos. Sou muito grata por termos nossos caminhos compartilhados, e por toda a sua generosidade e parceria nesse período final. Todos os “vai dar certo, amiga” ou “no que você precisar, estou aqui”, foram muito importantes para que eu acreditasse cada vez mais em mim e na minha conclusão de curso.

Meus agradecimentos também vão aos professores que marcaram minha trajetória e com quem eu tive a honra de aprender, Cafred, Cappucci, Ricardo e Scalercio. O meu muito obrigada ao meu orientador, Marcelo, por todo o suporte oferecido para que este trabalho se concretizasse. Agradeço também a professora Maria Elena com quem realizei meu primeiro estágio, como pesquisadora assistente, no BPC, que muito contribuiu para a minha vida acadêmica, pessoal e profissional. Ademais, um agradecimento a todo o corpo docente e à coordenação do IRI, responsáveis por promover essa experiência enriquecedora aos alunos, que é a graduação em Relações Internacionais na PUC.

Para além de um crescimento acadêmico, a evolução pessoal que a graduação me proporcionou está marcada na pessoa que sou e me torno a cada dia. Minha gratidão eterna à conclusão dessa fase com tantos aprendizados e bagagens, que carregarei comigo em todas as esferas da minha vida. É o fim de um ciclo, para que novos tenham início.

Resumo: O incremento nos fluxos de investimento estrangeiro direto provenientes da China em direção ao mundo, é observado com maior notoriedade a partir do ano de 2007. Esse movimento foi acompanhado pelo crescimento da proeminência do país como ator internacional, considerando o seu próprio desenvolvimento econômico e a expansão da sua participação à nível global. O cenário apresentado torna a China objeto de interesse, não somente para as potências desenvolvidas, mas também para as regiões em desenvolvimento. Assim, o presente estudo tem em vista compreender as motivações chinesas ao ampliar, crescentemente, a sua presença em economias em desenvolvimento, analisando os casos da África e do Brasil, destinos-chave para a sua estratégia internacional. A análise parte do pressuposto de que os investimentos do gigante asiático ao mundo podem ser traduzidos em três esferas: garantia de abastecimento para a sua população, busca de mercados para expansão dos seus produtos e procura por alternativas para aplicar suas reservas internacionalmente. Deste modo, os capítulos propõem-se a analisar em que medida esses objetivos se aplicam na realidade dos investimentos chineses direcionados ao mundo, aos países africanos e ao Brasil.

Palavras-chave: África, Ásia, Brasil, China, Empresas Multinacionais, IED, Investimento, Investimento Estrangeiro Direto.

Sumário:

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. POR QUE A CHINA BUSCA INVESTIR NO EXTERIOR?	9
2.1 HISTÓRICO DA INSERÇÃO GLOBAL CHINESA	9
2.2 MOTIVAÇÕES PARA OS FLUXOS GLOBAIS CHINESES	12
2.3 EVOLUÇÃO DO IED DA CHINA AO LONGO DA ÚLTIMA DÉCADA.....	15
2.4 FLUXOS DO IED CHINÊS PARA O MUNDO.....	19
3. PANORAMA DOS INVESTIMENTOS CHINESES NA ÁFRICA	21
3.1 HISTÓRICO DOS INVESTIMENTOS CHINESES NA ÁFRICA.....	21
3.2 EMPRÉSTIMOS CHINESES E <i>BELT AND ROAD INITIATIVE</i> (BRI).....	25
3.3 INVESTIMENTOS DA CHINA VS. DAS POTÊNCIAS OCIDENTAIS.....	29
3.4 EVOLUÇÃO DO IED DA CHINA PARA A ÁFRICA	31
4. INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL	35
4.1 HISTÓRICO DA RELAÇÃO SINO-BRASILEIRA	35
4.2 INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL (2010-2016)	36
4.3 INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL (2017 E 2018).....	40
4.4 PANORAMA DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL (2010-2018)	45
4.5 CONCLUSÕES ACERCA DA PRESENÇA DA CHINA NO BRASIL	47
5. CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:.....	52

Lista de gráficos:

<u>GRÁFICO 1: PRINCIPAIS DESTINOS DE EMPRÉSTIMOS CHINESES PARA A ÁFRICA (2010-2018):</u>	26
<u>GRÁFICO 2: MAIORES DESTINOS DE EMPRÉSTIMOS CHINESES PARA A ÁFRICA EM US\$M (2010-2018):</u>	27
<u>GRÁFICO 3: CHINESE FDI VS. US FDI TO AFRICA, FLOW:</u>	29
<u>GRÁFICO 4: FLUXOS DO IED DA CHINA PARA A ÁFRICA EM US\$M (2010-2018):</u>	30
<u>GRÁFICO 5: ESTOQUE DO IED DA CHINA PARA A ÁFRICA EM US\$M (2010-2018):</u>	31
<u>GRÁFICO 6: VALOR TOTAL ANUAL DOS INVESTIMENTOS EM US\$M (2010-2018):</u>	46

Lista de tabelas:

<u>TABELA 1: FLUXOS DE IED CHINÊS PARA O MUNDO EM US\$M (2010-2019):</u>	20
<u>TABELA 2: INVESTIMENTOS CHINESES CONFIRMADOS NO BRASIL (2010-2016):</u>	38
<u>TABELA 3: INVESTIMENTOS CHINESES CONFIRMADOS NO BRASIL (2017-2018):</u>	42
<u>TABELA 4: VALOR TOTAL DE INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL POR SETOR (2010-2018):</u>	47

Lista de abreviações e siglas:

BRI	<i>Belt and Road Initiative</i>
CARI	China-Africa Research Initiative
CDB	Banco de Desenvolvimento da China
CEBC	Centro Empresarial Brasil-China
China EXIM-BANK	Banco de Exportação-Importação da China
EMN	Empresa Multinacional
EUA	Estados Unidos da América
F&A	Fusões e Aquisições
IED	Investimento Estrangeiro Direto
OMC	Organização Mundial do Comércio
SOEs	Empresas estatais chinesas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNCTADStat	Base de dados da UNCTAD
US\$M	Milhões de dólares americanos
WIR	<i>World Investment Report</i> da UNCTAD

1. Introdução

A análise proposta acerca da China e dos seus investimentos direcionados ao mundo, utilizando os casos de países africanos e do Brasil, tem suas bases na evolução da expansão do gigante asiático mundo afora, por meio de políticas estabelecidas no país. Esse crescimento foi acompanhado pela ascensão econômica da China como potência global que, em um período de 30 anos até a atualidade, se colocou como um evento extraordinário. Acompanhado à proeminência chinesa no mundo, esteve o fenômeno de internacionalização do país e das suas empresas, que foi marcada pela política de portas abertas (*go global*), cujo incentivo fundamental foi de impulsionar seu investimento estrangeiro direto (IED). Ainda assim, nos anos iniciais, a China se portava como um grande receptor de IED, lógica que se inverte a partir de 2007 e que é objeto de pesquisa neste estudo.

O fenômeno da globalização chinesa, característico ao crescimento do país, pode ser diferenciado dos demais modelos pré-existentes de ascensão econômica, principalmente em comparação às potências ocidentais. Ainda assim, essa circunstância se destoa em termos de impactos dos investimentos chineses em economias anfitriãs, principalmente, nas que se configuram em desenvolvimento. De igual modo, o fator crescimento da China torna o caso chinês particular e sua análise cada vez mais necessária, ao passo que, apesar de tratar-se de um movimento relativamente recente, já apresenta mudanças no seu padrão e nas suas motivações. Nesse sentido, à título caracterizar o IED proveniente da China, ao considerar o escopo temporal deste estudo, cabe analisar de modo mais específico sua evolução nos últimos 10 anos, a partir de 2010.

O caso dos investimentos chineses direcionados ao mundo, em primeiro lugar, é apresentado no capítulo 1, junto às motivações principais para a estratégia de internacionalização chinesa, e de intensificação do relacionamento comercial com parceiros-chave do país. Ainda assim, considera-se a importância do governo da China para modificar, tanto o padrão do IED, quanto o volume dos fluxos de origem chinesa. Esse contexto conclui o fato de que o perfil investidor da China evoluiu, na medida em que o país se inseriu mais ainda no mundo globalizado, o qual, por sua vez, também passou por modificações.

No que se refere ao estado chinês, houve a concessão de maiores permissões às empresas do país, principalmente às estatais (SOEs), cujo papel nos fluxos de IED é primordial, com projetos volumosos em outros países. Assim, a influência do Estado chinês se deu tanto em termos da liberalização gradual, com uma regulação permitindo a expansão de suas empresas, quanto em termos do modo de ingresso nas economias receptoras, que apresenta padrões de mudança, junto aos setores-alvo da China.

O caso da África como destino de investimentos chineses, analisado ao longo do capítulo 2, baseia-se na busca de uma compreensão das motivações da China ao adentrar os países deste continente. As variáveis envolvidas no relacionamento sino-africano são consideradas visando à identificação de ganhos mútuos ou desiguais nos fluxos comerciais, de investimentos e de empréstimos direcionados ao continente africano. Nesse sentido, a análise engloba a estratégia da *Belt and Road Initiative* (BRI), cujas pretensões de interconectividade global são destacadas nos movimentos mais recentes, a partir de 2015.

Para além disso e de modo geral, a vertente principal analisada quanto o IED chinês na África é traduzida na busca por recursos primários, que marca a relação histórica entre ambas as partes. Esse objetivo caracteriza-se pela obtenção de matérias-primas, tendo em vista suprir larga demanda interna chinesa, com recursos que países africanos são capazes de fornecer. Ainda assim, a estratégia de busca de mercados também se aplica à presença chinesa na África.

A circunstância do Brasil destacada neste estudo é voltada para a evolução dos investimentos chineses neste país, e à participação do gigante asiático em sua pauta comercial e em seu mercado. Para tal, considera-se o histórico do relacionamento bilateral, cujo padrão é caracterizado pelas empresas chinesas com maior volume de projetos no país, pela forma de ingresso e pelos setores mais visados no Brasil. Ainda assim, ao longo dos últimos anos mapeados observam-se mudanças nesses padrões de investimentos, os quais apresentam características que tendem a prevalecer cada vez mais.

As conclusões do relacionamento sino-brasileiro por meio de IED expressas no capítulo 3, englobam a relação comercial entre as partes e a busca chinesa pelas matérias-primas e pelo mercado brasileiro. Esse conjunto permitiu a China se consolidar na posição de principal parceiro comercial do Brasil desde 2009, e permanecer uma fonte de investimentos primordial desde 2010.

2. Por que a China busca investir no exterior?

2.1 Histórico da inserção global chinesa

A inserção da China como um investidor fundamental nos fluxos financeiros mundiais se deu por meio da política *go global* ou *going global*, cujo objetivo principal foi expandir os investimentos do país para o mundo, se inserindo progressivamente nas ordens econômica e comercial internacional. Assim, o início da estratégia em questão, a partir de 1999, visou ao apoio à internacionalização das empresas chinesas por meio de políticas em favor de investimentos externos. Estas políticas podem ser definidas como

(...) desconto de imposto de exportação, assistência de câmbio e apoio financeiro direto, particularmente em atividades de comércio, que promovessem as exportações de matérias-primas, máquinas e equipamentos, em setores de indústrias leves, como têxteis. (CEBC, 2013, p. 25).

Apesar do lançamento oficial da estratégia no ano de 1999, a trajetória das intenções chinesas em se projetar no mundo já estava sendo ensaiada desde a década de 1970. Neste período, investimentos iniciais foram considerados tímidos, porém no contexto do país significaram um avanço expressivo. O aumento efetivo da importância global da China como investidor externo, em termos de investimento estrangeiro direto (IED)¹, ocorreu a partir de 2007. Ainda assim, a política *go global* é de importante menção para compreender o histórico do país como ator internacional, uma vez que permitiu a ampliação do IED globalmente, de forma mais expandida do que se era constatado. Em adição, em 2001, o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) foi um passo significativo para o incremento da sua participação à nível global, além de ter reforçado o compromisso com a política de expansão internacional, como colocado pelo CEBC (2011), e iniciado um amadurecimento do olhar de outros países para o país asiático.

Ao se pensar na abertura da economia da China para o mundo, é necessário compreender a regulação interna inerente ao aparelho estatal chinês, que muito definiu e influenciou seu processo de liberalização à mercados estrangeiros, cujo

¹ “O Investimento Estrangeiro Direto pode ser medido por uma variedade de maneiras, principalmente (1) fluxos de IED (2) estoques de IED e (3) número de unidades próprias ou subsidiárias no exterior.” (Paul & R. G. Benito, 2018, p. 94).

resultado foi a intensificação do IED chinês. Deste modo, o histórico do país quanto aos esforços de internacionalização foi feito em etapas, e controlado por um processo gradual de políticas de abertura, coordenado pelo Estado. Em um momento inicial, foi-se permitido a um número maior de empresas nacionais o estabelecimento de filiais em outros países, por meio de iniciativas conjuntas, as chamadas *joint ventures*², apontado pelo CEBC (2011). No entanto, essa iniciativa não era estimulada pelo governo, uma vez que este estabelecia certas condicionantes e limitações, tal como a de que as empresas deveriam ter o conhecimento e o capital necessários por si só, sem haver a possibilidade de incentivos estatais naquele momento.

Ainda assim, o passar dos anos e o incremento progressivo da presença da China no mundo, levou a mudanças de argumentos e conclusões acerca da internacionalização de suas empresas por meio de investimentos, com uma transformação da perspectiva governamental para uma visão favorável. No caso chinês esta alteração foi primordial, tendo em vista a importância do suporte institucional como parte fundamental do IED, além de constituir um determinante para investimentos realizados pelas empresas estatais (SOEs)³. Assim, conclui-se que “as ‘vantagens criadas pelo governo’ que complementaram as dotações naturais da China melhoraram a competitividade internacional das multinacionais chinesas”⁴, conforme colocado por Ramamurti & Hilemann (2018, apud Buckley, Fu & Fu, X.M., p. 4, 2020). De igual modo,

(...) a literatura recente sobre o IED chinês sugere que o forte apoio do estado desempenhou um papel importante, influenciando ou possibilitando as decisões das multinacionais chinesas de investir diretamente no exterior e suas decisões de localização.⁵ (Buckley, Fu & Fu, X.M., 2020, p. 4, tradução própria).

A partir deste parâmetro, é possível apontar que o perfil investidor da China foi desenvolvido, ao passo que o país se inseria na lógica de globalização econômica e financeira mundial, ainda que com particularidades e características

² “Numa joint-venture, as empresas parceiras criam uma empresa legalmente independente na qual investem e da qual compartilham quaisquer lucros que sejam gerados.” (BARNEY; HESTERLY, 2010, p. 249).

³ State-Owned Enterprises.

⁴ The “government-created advantages” that have complemented China’s natural endowments have improved Chinese MNEs’ international competitiveness (Ramamurti & Hillemann, 2018).

⁵ (...) the recent literature on CN_OFDI suggests that the strong support from the state played an important role influencing or enabling Chinese MNEs’ decisions to directly invest overseas and their location decisions.

próprias do regime chinês. Ao longo do tempo e com o incremento do modelo de desenvolvimento do país, em concomitância com mudanças no cenário internacional, permitiu-se a constatação de características-chave no IED chinês. Os fluxos de saída de investimentos da China direcionados ao mundo passaram a se inserir em seus objetivos estratégicos e, portanto, a representar suas prioridades as quais foram transformadas em políticas de Estado.

Deste modo, dentre o que se observa no radar dos objetivos chineses, destacam-se ambições em impulsionar crescentemente o desenvolvimento nacional do país, bem como atualizar as indústrias e evoluir como potência tecnológica. No movimento de ascensão chinesa com seu conteúdo tecnológico, a sua evolução histórica muito se deu por transferências de tecnologia, somado ao preparo do país em evoluir sua posição nas cadeias globais de valor. Os propósitos por trás dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos da China aqui referidos, quando comparados ao antecedente de crescimento econômico do país, são considerados parte de uma estratégia promissora e orientada para resultados bem-sucedidos, os quais o país obteve e permanece obtendo.

Para além do fato já mencionado de que o IED chinês teve sua projeção em concomitância a sua globalização, considerando que esses investimentos em larga escala envolvem aquisições internacionais visando à obtenção capacidades estratégicas, é necessário compreender as consequências desse fluxo aos receptores. Os fluxos de investimento estrangeiro direto chinês podem gerar impactos significativos, no que diz respeito ao preenchimento de lacunas no país anfitrião, partindo de recursos apropriados e tecnologias locais, por exemplo. Nessa perspectiva, assim, estão padrões positivos e promissores do IED chinês, prevalecendo uma relação em que ambas as partes ganham.

No entanto, uma outra face do poder chinês como investidor global é a capacidade que o país detém de se inserir em outra economia e gerar a expulsão de agentes locais ou modificar o cenário interno. Neste papel, a China se coloca como um entrave ao desenvolvimento, conforme argumentado por apud Buckley, Fu & Fu, X.M. (2020), e não como uma fonte de oportunidades. Somado a esses fatores, há a predisposição à ideia de que as empresas multinacionais chinesas se inserem em um país já com intenções de controlar os recursos do mercado anfitrião, a partir da estratégia de busca de ativos, em termos colocados por Buckley et al. (2007) e Kalotay & Sulstarova (2010) (apud Paul & R.G. Benito, 2018).

Assim, no último caso considerado, a atuação da China iria de oposição à visão de investimentos advindos com propósitos estabelecidos de gerar oportunidade ao país receptor, na mesma escala em que colhe frutos dessa parceria; na prática, o que ocorreria seria uma relação de benefício somente à parte chinesa. Nesse sentido, destaca-se o papel das empresas multinacionais e da sua capacidade de modificar o cenário de um país receptor através de investimentos, tanto por meio de fusões e aquisições⁶, quanto por investimentos *greenfield*⁷. No papel de investimentos em *greenfield*, ainda, cabe a menção de que a China ascendeu como fonte desses projetos, passando de uma média de US\$ 14.881 milhões no triênio de 2005 à 2007, pré-crise financeira e econômica mundial, para US\$ 62.443 milhões no ano de 2019, com dados da UNCTAD (2020).

A evolução das EMNs⁸ chinesas, por sua vez, pode ser constatada em dados do ano de 2014, em que se manteve uma tendência de aquisição de filiais estrangeiras dos países desenvolvidos, localizadas em países em desenvolvimento, conforme colocado pelo *World Investment Report* (WIR) da UNCTAD (2015). A inserção da China nesse panorama é decorrente do fato de que a Ásia em desenvolvimento se tornou a região que mais investiu no exterior no mesmo ano, tendo atingido um recorde de 35% de participação no IED global, frente aos 13%, em 2007, de acordo com os dados da UNCTAD (2015). Segundo o mesmo relatório e seguindo a tendência colocada, o ano de 2014 marcou a primeira vez que as multinacionais da Ásia em desenvolvimento se tornaram as maiores investidoras globais, passando a responder por quase um terço do total de investimentos.

2.2 Motivações para os fluxos globais chineses

Para além de um estudo individual dos movimentos da China em direção aos países em desenvolvimento ao longo dos anos, cabe voltar a análise para o arcabouço teórico que versa sobre as motivações que levam um país a

⁶ “‘Fusões e aquisições’ referem-se a situações em que há uma operação entre duas ou mais empresas por meio da qual as empresas legalmente unificam a propriedade de ativos anteriormente sujeitos a controle separado. Essas situações incluem aquisições, *joint ventures* e outras aquisições de controle, como diretorias interligadas.” (UNCTAD, 2010, p.2, tradução própria).

⁷ “O IED *greenfield* está associado a projetos de investimentos que envolvem o estabelecimento de novas entidades e a instalação de escritórios, edifícios, plantas e fábricas do zero. A empresa de investimento direto estabelecida por meio de IED *greenfield* pode ser uma filial, uma empresa não incorporada ou uma empresa incorporada (...).” (UNCTAD, 2009, p. 97, tradução própria).

⁸ Empresas multinacionais.

internacionalizar suas empresas. Assim, tendo em vista a compreensão da evolução do gigante asiático em sua estratégia de IED, considera-se os termos de Dunning & Lundan (2008), que abordam a teoria do Paradigma Eclético para compreender esse fenômeno.

Dentre as motivações englobadas que se aplicam no contexto chinês, esses autores apontam que há empresas que buscam recursos naturais em mercados estrangeiros, com custos menores do que os oferecidos no seu mercado interno. Dentro dessa estratégia, o grupo que procura bens primários ou indústrias manufatureiras, que visam à bens, como combustíveis, produtos agrícolas e bens minerais são associados à inserção da China na África e no Brasil. Ambas as estratégias e as suas evoluções são apresentadas nos capítulos 2 e 3, respectivamente, em termos dos investimentos chineses recebidos.

Além dos objetivos já abordados, Dunning & Lundan (2008) analisam as demais motivações para a internacionalização de empresas, que, por sua vez, são compatíveis à estratégia chinesa. Nesse sentido, outro propósito para os investimentos à nível global da China se refere à busca de mercados. De acordo com Dunning & Lundan (2008), este movimento pode ter em vista alguns fatores, como proximidade com clientes ou fornecedores, aproximação ao mercado-alvo para aprimoramento dos gostos, necessidades, recursos e cultura locais, redução de custos operacionais e de produção, ou a necessidade de presença física nos mercados em que os concorrentes estão.

Inserido nesta lógica está o mercado brasileiro automotivo, que gerou grandes oportunidades para a entrada da China. Assim, ao longo da série histórica analisada, desde 2010, diversas empresas chinesas instalaram montadoras e fábricas no Brasil, contando com incentivos governamentais concedidos pelo país, estratégia que é especificada no capítulo 3. Já no caso da África, por sua vez, dentro da estratégia chinesa por busca de mercados estão os massivos investimentos em projetos de construção e infraestrutura.

Ao passo que o processo de internacionalização de empresas multinacionais na China se trata de uma parte inerente e fundamental do investimento estrangeiro chinês, é necessária a ressalva de que se trata de uma característica proveniente de uma mudança do padrão do IED no país. Tal mudança pode ser observada, gradualmente e em primeiro lugar, no que se refere à passagem de um investimento gerido pelo Estado, para um investimento predominantemente

realizado por empresas privadas e visando ao lucro, conforme colocado por Wu & Chen (2011, apud Paul & R.G. Benito, 2018). Além disso, o histórico de investimentos incipientes e de menor escala, realizados pela China até 2001, eram influenciados por altos níveis de risco político, proximidade cultural com países anfitriões, tamanho do mercado anfitrião e proximidade geográfica, como foi atribuído à Buckley et al. (2007, apud Paul & R.G. Benito, 2018).

Assim sendo, no que concerne os moldes e os padrões de IED provenientes da China, é possível constatar uma modificação em termos da estratégia chinesa ao decidir o destino de seus fluxos de investimentos. Isso ocorre em maior escala, porque a China passou a tomar tal decisão, tendo em vista as possibilidades e oportunidades oferecidas pelo mercado anfitrião, que vão de encontro à sua própria demanda interna. Seguindo essa lógica, é possível observar que “(...) o IED chinês é frequentemente atraído por grandes mercados com uma combinação de grandes recursos naturais e instituições pouco desenvolvidas”⁹ (Kolstar & Wiig, 2012, apud Paul & R.G. Benito, 2018, p.101).

Além disso, a decisão da operação que representará o modo de entrada ao investimento estrangeiro direto chinês por meio de empresas multinacionais, se faz relevante ao longo do processo e considerando os resultados almejados. Nesse sentido, o estudo de Cui et al. e Wei et al. (2011; 2014, apud Paul & R.G. Benito, 2018, p.101) permite a seguinte conclusão, de que

(...) os recursos da empresa, as condições da indústria e as forças institucionais desempenham um papel vital na decisão do modo de entrada (subsidiárias estrangeiras ou *joint ventures*) de empresas multinacionais chinesas durante a realização o IED.¹⁰ (Paul & R. G. Benito, 2018, p. 101, tradução própria).

Isto posto, por um lado cabe considerar as *joint ventures* e alianças estratégicas¹¹ com destaque expressivo no período inicial dos investimentos chineses direcionados para o mundo. Este fator muito exigiu no interesse da própria empresa em se aprofundar e deter experiência do mercado-alvo, para que realizasse

⁹ “(...) Chinese OFDI is frequently attracted to large markets with a combination of large natural resources and poorly developed institutions” (Kolstad & Wiig, 2012).

¹⁰ Priour studies (Cui et al. 2011; Wei et al. 2014) found that firm resources, industry conditions and institutional forces play vital role in deciding the entry mode (foreign subsidiaries or joint ventures) of Chinese MNEs while undertaking OFDI. (Paul & R.G. Benito, 2018, p.101).

¹¹ “Uma aliança estratégica existe sempre que duas ou mais organizações independentes cooperam no desenvolvimento, na produção ou na venda de produtor ou serviços (...) podem ser agrupadas em três categorias amplas: alianças sem participação acionária, alianças com participação acionária e joint-ventures.” (BARNEY; HESTERLY, 2010, p. 248).

a sua inserção, visando também ao incremento da competitividade da multinacional investidora. Entretanto, por outro lado, a China passou a se utilizar do padrão de aquisições internacionais como modo principal para entrar nos países estrangeiro.

No que se refere à estratégia de aquisições internacionais, por sua vez, cabe refutar sua importância, por exprimir um padrão de empresas que visam à aquisição também de capacidades, que o país asiático ainda não detenha conhecimento ou domínio interno, almejando gerar mais vantagem competitiva para elas mesmas, como foi argumentado em Paul & R. G. Benito (2018). Ainda assim, há o argumento de que, se tratando de empresas de propriedade estatal, pode-se haver possibilidade de alguma relutância das economias anfitriãs do investimento, apesar de não se tratar de uma realidade de tanta abrangência, como no início da liberalização do IED chinês.

2.3 Evolução do IED da China ao longo da última década

Para além da China ser uma relevante fonte de saída de investimento estrangeiro direto, também constitui um grande receptor mundial de IED, tendo passado a ser a maior economia anfitriã no ano de 2014, de acordo com o WIR da UNCTAD (2015). Essa proeminência chinesa, ainda, ocorreu em um ano em que as entradas de IED no mundo declinaram em 16%, segundo a UNCTAD (2015). Assim sendo, em termos de fluxos mundiais, apesar do investimento estrangeiro direto ter sofrido uma queda no ano de 2014, as variações regionais muito influenciam na mudança de lógicas de poderes econômico e político globais, com países desempenhando papéis nunca antes vistos. Neste contexto, o incremento significativo da participação chinesa no IED global ganha destaque no cenário asiático, uma vez que o país aumentou sua participação de forma considerável, tanto em termos de influxos, quanto de saída de investimentos.

A título de se compreender as motivações chinesas ao direcionar seus investimentos ao exterior, cuja análise do presente capítulo se propõe a apresentar, é necessário localizar a evolução histórica da China nos fluxos globais de IED, ao longo da última década. O ano de 2014 foi marcante, no sentido de a China ter alcançado marcos e recordes no panorama de investimentos globais. No papel de economia anfitriã de investimentos estrangeiros diretos, a China ultrapassou os

Estados Unidos, que passou a alcançar a terceira posição nesta classificação, conforme apresentado no relatório da UNCTAD (2015). No que se refere aos setores que mais atraíram investimentos e que fomentaram a mudança na lógica de IED global, o de serviços se destacou na China, neste mesmo relatório.

O fluxo inverso, que constitui a saída de IED da China, passou por um aumento em níveis maiores do que a própria recepção de investimentos no país. Nesse movimento, foram priorizadas as aquisições no exterior, como um meio de crescente importância para a consolidação chinesa em países estratégicos na sua expansão internacional, conforme reiterado pelo relatório da UNCTAD (2015). As empresas multinacionais chinesas, de igual modo, desempenharam uma liderança nas aquisições realizadas pelo país, no contexto regional, se inserindo no fato de que, no ano de 2014, “pela primeira, as multinacionais da Ásia em desenvolvimento se tornaram o maior grupo de investimentos do mundo, respondendo por quase um terço do total.” (UNCTAD, 2015, p. 5, tradução própria)¹².

O investimento estrangeiro direto Sul-Sul é uma das faces fundamentais do IED chinês, tendo passado por um incremento no ano de 2014. Neste âmbito do Sul global, dentre os determinantes para que um país internacionalize suas empresas multinacionais, por meio de IED, ressaltam-se as políticas de governo doméstico, conexões históricas, bem como a geografia dos recursos naturais, conforme apontou o relatório da UNCTAD (2015). Esta última motivação, por sua vez, muito se relaciona aos volumosos investimentos chineses, tanto em países africanos, tal como o mesmo documento colocou, quanto em países latino-americanos, como o Brasil. Nesse sentido, as economias de maiores investimentos externos de 2014, incluíam países importantes e ativos, tanto para o IED global, quanto para o IED chinês, incluindo economias emergentes, além da própria China, como Brasil e África do Sul de acordo com a UNCTAD (2015).

Seguindo o histórico dos investimentos globais, segundo dados da UNCTAD (2017), o ano de 2015 foi marcado por um aumento dos fluxos, demonstrando sinais de recuperação econômica mundial que não se manteve no ano seguinte. Em 2016, o IED global passou por uma queda de 2% e os investimentos

¹² For the first time, MNEs from developing Asia became the world’s largest investing group, accounting for almost one third of the total. (UNCTAD, 2015, p. 5).

em países em desenvolvimento, categoria na qual a China está inserida, foram reduzidos em 14%. O fluxo contrário, de tais países como fonte de IED, também declinou, porém com certa estabilidade, representando uma diminuição de 1% em relação à 2015. Ainda assim, a atenção devida deve ser destacada, pois isso se deu em um ano em que a China passou por uma onda massiva de saída de IED, atingindo a posição de segunda maior fonte de investimentos global, conforme apontado pela UNCTAD (2017).

Voltando a análise para a Ásia em desenvolvimento, os investimentos estrangeiros diretos, em termos de saída, se recuperaram 7% no ano de 2016, com destaque exponencial para a China, que passou por um ano pautado por saídas recordes no IED. Além disso, o gigante asiático se manteve em relevância, uma vez que estava entre as cinco maiores economias da região, ainda com dados da UNCTAD (2017). No entanto, o fluxo de chegada de IED nesta região asiática em desenvolvimento, que estava passando por um aumento expressivo desde 2010, tendo vivido uma alta recorde em 2015, diminuiu em 15% em 2016. Apesar disso, dentre as demais regiões, a Ásia permaneceu na posição de segundo maior receptor de IED mundial, como apontado pela UNCTAD (2017).

Na sub-região do Leste Asiático, a China foi o país que mais gerou fluxos de saída, como já refutado, sofrendo um aumento de um quarto, no ano de 2016. Especificamente no cenário deste país, ainda, houve um aumento de 44% do IED, que foi impulsionado por uma onda de compras internacionais de fusões e aquisições por empresas chinesas, conforme colocado pela UNCTAD (2017). Nesse sentido, a UNCTAD (2017), por um lado, previu tendências para os resultados de 2017 no IED chinês, com uma maior abertura do país à diversas indústrias e setores, com base no anúncio de investimento que já havia sido realizado. No entanto, por outro lado, com o aumento expressivo da saída de investimentos no ano de 2016, o que se previa era uma restrição por parte da China sobre seus IEDs no mundo, principalmente no tocante a aquisições. Ainda assim, por outro lado, projetava-se uma mudança no padrão dos investimentos, com uma possível preferência à investimentos *greenfield*, em economias emergentes, com o respaldo da *Belt and Road Initiative* (BRI).

Os anos de 2017 e 2018, para o investimento estrangeiro direto global, seguiram a tendência de 2016 de queda nos fluxos globais, representando o terceiro ano consecutivo de declínio. Apesar desse panorama, os dados da UNCTAD (2019)

comprovaram que os fluxos para países em desenvolvimento permaneceram estáveis. Ainda, em termos de participação no IED global, os países em desenvolvimento passaram por um incremento em 54%, ao passo que a participação dos países desenvolvidos reduziu abruptamente. Assim o cenário específico para as economias em desenvolvimento foi favorável, incrementando a participação destas economias em 46% no ano de 2018, comparado à 2017.

Em termos do histórico do IED global, os relatórios anuais da UNCTAD demonstraram um crescimento frágil, desde a crise financeira e global de 2008 e, dentre as motivações acerca de uma demora para a recuperação, há diversas razões que tornam o investimento no exterior mais instáveis. Nesse sentido, a UNCTAD (2019), aponta que as explicações para quedas sucessivas no crescimento do IED, incluem taxas decrescentes de retorno sobre IED, além de um clima de política de investimento, cada vez menos favorável.

No tocante às economias em desenvolvimento, apesar dos fluxos de entrada de IED terem se mantido estáveis, cabe a menção ao fato de que a Ásia e a África em desenvolvimento passaram por recordes no IED, ao passo que a região da América Latina e do Caribe sofreram quedas. Ainda o WIR da UNCTAD (2019) apontou que a Ásia em desenvolvimento, maior região receptora de fluxos de IED, registrou um aumento de 4% no ano de 2018, em relação ao ano de 2017, passando por um crescimento positivo em todas as sub-regiões. Dentre elas, o destaque vai para a China, como maior receptor de IED das economias em desenvolvimento, passando por um aumento em 4% acerca da atração de investimentos, no ano de 2018, se comparado a 2017. Além disso, este país se posicionou dentre as 20 maiores economias anfitriãs de 2018, passando a representar 10%, com seus fluxos de entrada passando a representar 10% do total mundial, com dados da UNCTAD (2019).

Este cenário favorável para a entrada de investimentos em solo chinês ocorreu, a despeito de tensões comerciais entre a China e os Estados Unidos. Por outro lado, os fluxos de saída de IED da China passaram por uma redução, em 2018, pelo segundo ano consecutivo, apesar da região da Ásia em desenvolvimento ter representado uma fonte, cada vez mais significativa, de IED global, tanto para as economias desenvolvidas, quanto para as economias em desenvolvimento. Neste sentido, seguindo usando os dados do relatório da UNCTAD (2019), esta região foi responsável por cerca de 40% das saídas globais de IED em 2018. Além disso, a

China ganha importância ao se notar que, a maior parte das empresas multinacionais mapeadas pela UNCTAD, de economias em desenvolvimento e em transição, possuem sede no gigante asiático. Em adição, a saída de IED da China, em direção à países da *Belt and Road Initiative* também se expandiu, conforme apontado pela UNCTAD (2019).

Acerca das empresas multinacionais e o padrão para o ano de 2018, três empresas estatais chinesas se inseriram na lista, a saber, a ChemChina, State Grid e a China MinMetals, de acordo com o WIR da UNCTAD (2019). De igual modo, a potência das empresas multinacionais chinesas foi refutada, ao passo que no mesmo ano houve uma diminuição do nível médio de internacionalização das 100 principais empresas multinacionais, mapeadas pela UNCTAD, cuja causa foi atribuída à entrada de novas empresas chinesas, por fusões, além do desinvestimento de demais multinacionais. De igual modo, a China teve papel na tendência observada em 2018, quanto à participação de maiores empresas de tecnologia na lista das grandes multinacionais em países em desenvolvimento, de acordo com o relatório de 2019.

2.4 Fluxos do IED chinês para o mundo

Sumariamente, os dados dos fluxos de IED chinês para o mundo, de 2010 a 2019, foram ilustrados na tabela 1, comprovando a evolução da estratégia de expansão global da China, apesar de quedas nos anos mais recentes. A despeito de um cenário global cada vez mais frágil para os investimentos estrangeiros direto, a China passou por uma crescente importância em sua participação nos investimentos no mundo, tanto como receptora, quanto como fornecedora destes. Em adição à análise da evolução do IED da China para o mundo já colocada com base nos relatórios da UNCTAD, o ano de 2019 também apresentou uma queda dos fluxos saídos do gigante consolidado, representando o terceiro ano consecutivo neste movimento.

Ainda assim, no que se refere aos padrões de investimentos observados, dadas as motivações para o gigante asiático direcionar seus investimentos no mundo, ressaltam-se os projetos que visam os principais mercados exportadores

para a China. Em termos gerais, esse objetivo chinês é traduzido na busca de garantia de abastecimento para a sua população.

Tabela 1: Fluxos de IED Chinês para o mundo em US\$M (2010-2019):

Fluxos de IED Chinês para o mundo em US\$M (2010-2019):	
2010	US\$ 68.811
2011	US\$ 74.654
2012	US\$ 87.804
2013	US\$ 107.844
2014	US\$ 123.120
2015	US\$ 145.667
2016	US\$ 196.149
2017	US\$ 158.290
2018	US\$ 143.040
2019	US\$ 117.120

Fonte: elaboração própria com base de dados UNCTADStat - *Foreign direct investment: outward flows, annual*.

Por conseguinte, o país garante o fortalecimento das relações e do controle sobre determinados setores internos de países, em geral, em desenvolvimento, que são fonte de recursos naturais essenciais para a China e, assim o país asiático passa a ter a capacidade de influência, sobre mercados que garantem o fornecimento de insumos, que possua déficit doméstico. Ainda assim, há também o intuito de garantir a expansão dos seus produtos e, por fim, buscar maneiras alternativas de aplicação das suas reservas internacionais. Os capítulos 2 e 3 irão abordar, como os investimentos chineses se portam em economias-chave para o mercado do país, utilizando-se dos casos do continente africano e do Brasil.

3. Panorama dos Investimentos chineses na África

3.1 Histórico dos investimentos chineses na África

Os investimentos da China no continente africano são observados como uma parte da estratégia do país para suprir suas demandas internas. Além disso, trata-se de um movimento constatado com mais força em 2010, ano em que o investimento direto chinês ao mundo passou por uma escalada. Ainda assim, as relações econômicas e comerciais sino-africanas não têm início neste momento, uma vez que seu histórico é marcado por um fortalecimento progressivo desde, pelo menos, o ano de 2003.

Essa evolução é demonstrada através dos dados do IED da China em direção à África, mapeados pela *China-Africa Research Initiative (CARI)* da Universidade John Hopkins, comprovando que o montante dos fluxos desses investimentos passou de US\$ 75 milhões, em 2003, para US\$ 5,4 bilhões, em 2018. Para além dos dados da evolução na relação bilateral sino-africana, o ano de 2000 já havia sido marcado pela emergência da China como maior parceiro comercial da África, posição esta que é mantida desde 2009.

Em termos das motivações chinesas ao incrementar cada vez mais a sua presença na África, o contexto característico atribuído aos volumosos movimentos envolvidos nesta relação, diz respeito à obtenção de recursos naturais. Essa estratégia também é evidenciada no relacionamento sino-africano, em decorrência do fato de que os países da região são capazes de fornecer matérias-primas para a China, e este país passa por déficits quanto a sua própria área agricultável e de riquezas naturais. Além da manutenção deste propósito que é usual na estratégia chinesa em relação a economias em desenvolvimento, tais como as africanas, Chen et al. (2018) argumenta em favor de um outro padrão de investimentos do gigante asiático, que ao determinar a direção do seu IED, considera fatores de governança de um país, como a estabilidade política.

A respeito dos possíveis intuítos para o IED chinês, o estudo do CEBC (2011) apontou dados de 2010 acerca dos problemas principais e estruturais da China, que estão fundamentados na dificuldade em alcançar matéria-prima na escala demandada internamente no país. Dentre as principais necessidades chinesas de recursos naturais, a África tem especial importância quanto aos recursos

energéticos provenientes da região, que são direcionados ao país asiático. Somente no ano de 2010, um terço do abastecimento de energia da China foi oriundo da África.

Nesse sentido, apesar do IED chinês assumir sua força no continente africano, desde a primeira década dos anos 2000, a presente análise parte do ano de 2010, à título de compreensão da evolução mais precisa dos investimentos da China na África. Além disso, a partir dos últimos dados disponíveis, é proposta a compreensão do contexto em que este relacionamento bilateral se encontra, junto às mudanças e aos padrões identificados, considerando os principais países africanos nestes fluxos.

Em primeira instância, observando a presença chinesa no continente africano, imagina-se a viabilidade dos resultados provenientes desta relação se traduzirem, de fato, em benefícios para ambas as partes, e não tão somente à China como fonte do IED. Tal questionamento aparece, em grande medida, devido ao progresso econômico pelo qual a China passou, atingindo e ultrapassando o crescimento de países desenvolvidos, ao passo que os países africanos como um todo não são inseridos nessa realidade. Nos países desta região, assim, prevaleceu uma dependência de investimentos e recursos externos, permitindo a projeção chinesa na África e viabilizando um crescimento expressivo desse IED a partir dos anos 2000.

O histórico de investimentos da China no continente africano é muito associado ao incremento expressivo da projeção do país nos fluxos globais, e à sua ascensão como potência econômica. Ao analisar-se a presença da China em outros países em desenvolvimento, para além de perspectivas econômicas e comerciais, há de se considerar o próprio cenário territorial e geográfico do país. O contexto chinês, assim, é marcado por uma grande área territorial, compondo 9 milhões de quilômetros quadrados, segundo dados da UNCTADStat (2019)¹³, e abrigando a maior população mundial, que soma quase 1 bilhão e meio de habitantes, de acordo com a UNCTADStat (2019)¹⁴.

Sendo assim, apesar do país estar inserido em um território extenso, sua área propícia para cultivo é pequena. Este fato, somado ao dado da população chinesa, torna o cenário de produção agrícola desfavorável na China, resultando em

¹³ 9.388,784 km² (UNCTADStat, 2019).

¹⁴ 1.433,784 milhões de habitantes (UNCTADStat, 2019).

um país populoso com recursos insuficientes para suprir sua demanda interna. Deste modo, ao passo que a China cresceu economicamente e seu abriu ao mundo, elevou a importância dos países africanos em sua base de fornecimento de matérias-primas, para além dos fatores de consolidação das estratégias de inserção global e de busca de mercados.

Ademais, apesar da vertente de busca por recursos naturais representar uma parte importante do IED chinês na África, a busca por mercados no continente se coloca como uma estratégia cada vez mais presente por parte da China. Para compreender a dimensão desse objetivo da China no continente africano, cabe observar os setores mais visados pelo gigante asiático, com destaque para o de construção, em maior instância. Nesse sentido dados referentes à 2014 comprovam que

(...) o setor de construção recebeu a maior quantidade de fluxos de investimento da China (24,7%), seguido pela extração de recursos (24,5%), finanças (16,4%), manufatura (13,6%) e pesquisa científica e serviços técnicos (4,2%). (...) Uma grande parte do investimento da China no setor de serviços tem sido na construção devido ao longo compromisso da China em investir em projetos de infraestrutura na África. (Chen et al., 2020, p. 3, tradução própria).¹⁵

Acerca da proposição da existência ou não de ganhos mútuos nas relações entre a China e a África, Donou-Adonsou & Lim (2018) apresentaram um meio de adentrar estas hipóteses. A título de análise, tais autores consideraram melhorias no padrão de vida africano, ao passo que foi identificado uma entrada de investimentos chineses no continente. De igual modo, para se ter essas considerações em mente, é necessário partir das motivações gerais de alguma potência ao direcionar seu IED para outro país. Dentre elas os propulsores de IED apontados por Asiedu (2006, apud Donou-Adonsou & Lim, 2018) incluem uma boa infraestrutura, força de trabalho qualificada, estabilidade macroeconômica, abertura ao IED, um sistema legal eficiente, menos corrupção e estabilidade política. Em todos esses termos analisados, a conclusão ao investimento chinês na África é de uma motivação por interesses próprios, mas que se aplica também a um padrão de fluxos de IED

¹⁵(...) construction sector received the largest amount of China's investment flows (24.7%), followed by resource extraction (24.5%), finance (16.4%), manufacturing (13.6%), and scientific research and technical services (4.2%), (...) A large portion of China's investment in the services sector has been in construction due to China's long engagement in investing in infrastructure projects in Africa. (Chen et al., 2020, p.3).

globais. Ainda assim, permanece a questão sobre esses fluxos serem ou não favoráveis ou crescimento dos países africanos, podendo, inclusive, prejudicar o crescimento deles.

Nesse âmbito, por outro lado, a análise de Klever & Trebilcock (2011, apud Donou-Adonsou & Lim, 2018), aponta que os investimentos chineses contribuíram ao crescimento de países da África em sete vieses, a saber, preços da *commodities*, capacidade de extração, infraestrutura, manufatura, emprego, acesso ao mercado e em termos de consumidores. Seguindo essa lógica, Ademola et al. (2009, apud Doku et al., 2017), apontou outros ganhos promovidos ao continente africano, na forma de IED, em termos de uma maior disponibilidade e de preços reduzidos dos bens de consumo, no que se refere à veículos de transporte também em termos de veículos motorizados, no setor de têxteis e vestuário.

Ainda assim, o IED chinês para a África pode ter resultados negativos aos seus países, muito decorrente ao efeito de expulsão de indústrias ou de empregos, a depender da forma de ingresso do investimento estrangeiro direto. A partir desse raciocínio, há o exemplo dos impactos na indústria têxtil africana, aumentando a concorrência em países como África do Sul, Camarões, Quênia e Madagascar e resultando na perda de produtividade desses países, argumentado por Doku et al. (2017).

Outra esfera do investimento chinês na África engloba o país asiático assumindo o papel de substituto, em relação aos principais parceiros comerciais históricos dos países africanos, como os Estados Unidos e países da Europa. Esse raciocínio se aplica fundamentalmente ao papel da China como concesso de empréstimos, os quais já eram direcionados à África, em um contexto diferente e com outra origem. Nesse sentido, o que é observado acerca da novidade advinda da China decorre de uma mudança nas condicionantes, em comparação ao que se era ofertado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial.

No caso dos chineses, em termos de empréstimos, houve a visão de condicionalidades mais favoráveis e, através dessa perspectiva, o IED chinês na África se torna mais benéfico aos países da região. Ainda assim, prevalece a ideia de que o relacionamento sino-africano representa uma reedição das relações anteriormente mantidas com as potências desenvolvidas, como França, Alemanha e Estados Unidos, em um formato predatório.

A partir desse raciocínio de reformulação das relações ocidentais com a África, com um novo papel exercido pela China, há o pensamento de que a disponibilidade de receber investimentos permanece predominando no contexto africano. Assim, as demandas dos países da África por recursos externos para se sustentar é atribuída em termos de uma relação histórica de dependência do Ocidente, conforme colocado por Nnajiopor (2019). Este mesmo autor aponta, ainda, que a força motriz principal do relacionamento entre a África e as potências desenvolvidas foi o alto poder financeiro ocidental, ao passo que internamente à África, perduraram-se entraves socioeconômicas e de infraestrutura. A mesma visão pode ser atribuída aos investimentos chineses, tendo em vista à soma da mentalidade capitalista e com a expansão global, resultando nos países do continente africano como parceiros propícios, visando ao acesso à recursos naturais e mercados para escoar a produção chinesa.

3.2 Empréstimos chineses e *Belt and Road Initiative* (BRI)

Para além da preocupação chinesa já mencionada quanto aos recursos naturais e à busca de mercado, traduzidas em termos de estabelecimento da sua presença no continente africano por meio das suas empresas, há um forte estímulo do governo da China para incluir instituições financeiras nos fluxos até a África. Neste âmbito, fontes de investimento como o *China Development Bank* (CDB) ou o *China EXIM-Bank*¹⁶ ou as demais entidades financeiras¹⁷, ao concederem empréstimos aos países africanos, configuram mais uma esfera da relação bilateral chinesa com tais países. Assim, a China coloca mais uma face da sua influência na região da África, partindo de uma estratégia de diversificação dos investimentos, que resulta, por um lado, no aumento da ajuda fornecida ao continente e, por outro lado, em mais uma forma da China se projetar no mundo.

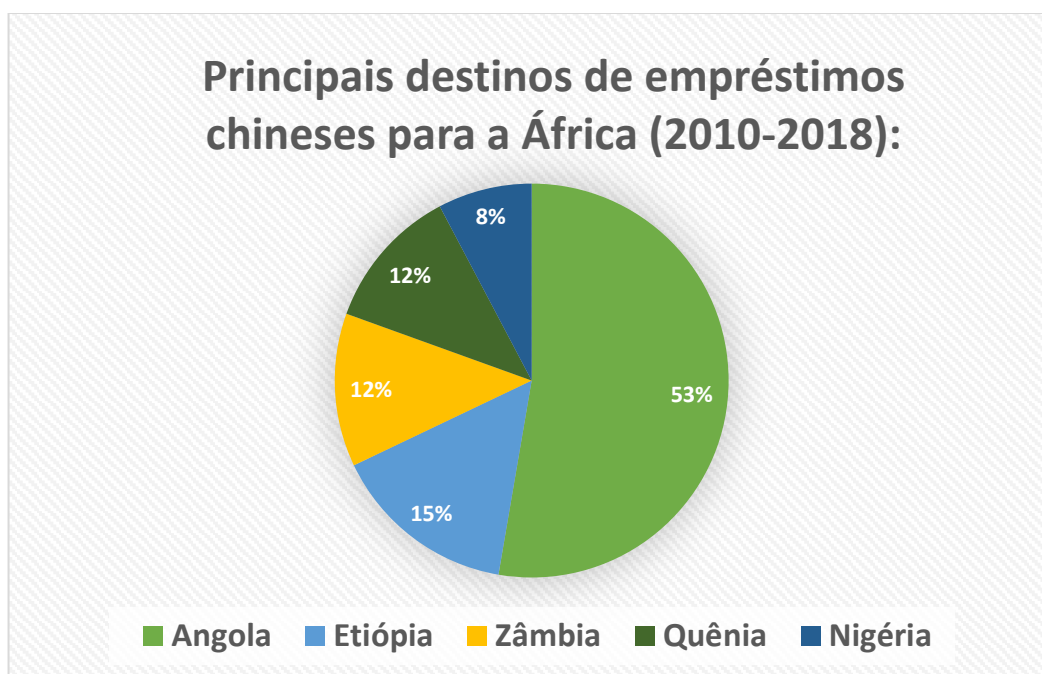
Apesar do governo da China não disponibilizar informações acerca dos empréstimos concedidos, em forma de dados, a *Chinese Loans to Africa Database*.

¹⁶ *Export-Import Exim Bank of China*.

¹⁷ Além dessas fontes, empréstimos da China continental à África podem ser advindos de uma variedade de fontes, tais como o Ministério do Comércio Chinês (MOFCOM), bancos comerciais ou privados chineses - *Industrial and Commercial Bank of China* (ICBC), *China Construction Bank* (CCB), *Bank of China* (BoC), *China CITIC*, *Agricultural Bank of China* (ABC), *China Merchant Bank* (CMB), etc -, empresas estatais chinesas (SOEs), ou pelo Banco Popular da China, colocado no *China-Africa Loan Database Research Guidebook* (Brautigam; Hwang, 2019).

mapeou esses fluxos direcionados aos governos da África e às empresas estatais deste continente. Deste modo, de acordo com a base de dados formulada pela CARI, de 2000 a 2018 os empréstimos chineses à África somaram o montante de US\$ 148 bilhões. Dentre os países africanos receptores de empréstimos identificados por esse estudo, de 2010 a 2018, os que se destacaram como maiores destinos desses fluxos foram Angola, Etiópia, Zâmbia, Quênia e Nigéria, em ordem decrescente, como é demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1: Principais destinos de empréstimos chineses para a África (2010-2018):

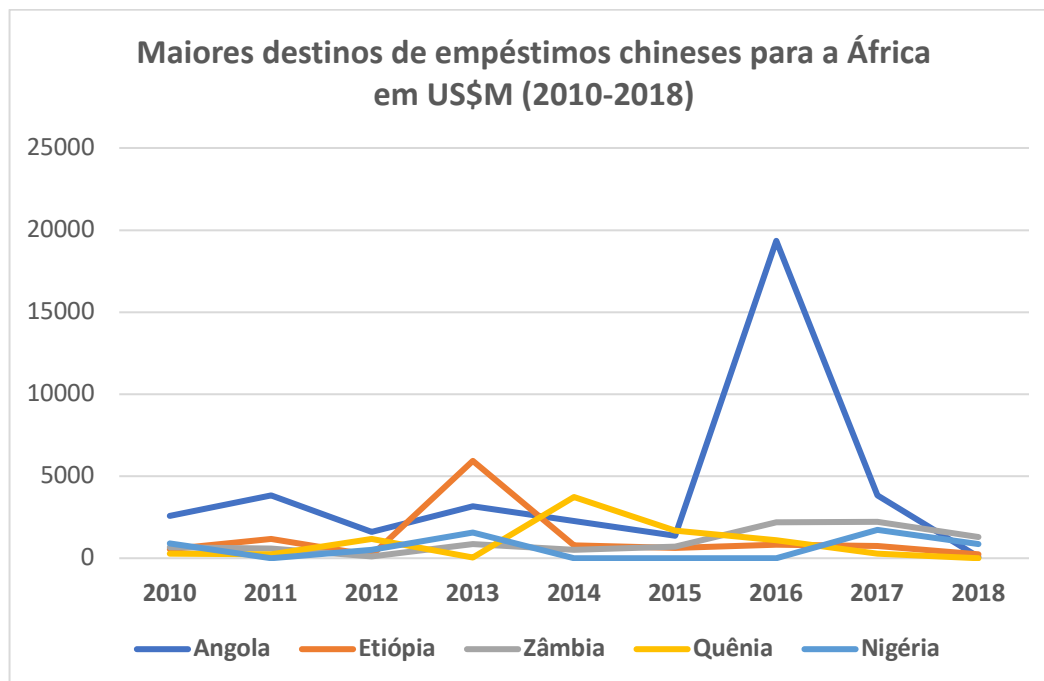


Fonte: elaboração própria com base na *Chinese Loans to Africa Database*.

De igual modo, no que concerne esta série temporal apresentada e a evolução dos montantes desses empréstimos, a partir do ano de 2010 até 2018, o gráfico 2 ilustra as variações, em termos dos valores direcionados a esses países. O destaque, nesse sentido, permaneceu para a Angola, seguindo uma tendência de investimentos, pela qual já passava nos anos anteriores à 2010. Apesar de representarem os países com os maiores valores de empréstimos acumulado ao longo desses anos referidos, não passaram por alterações elevadas neste período, salvo o caso da Angola. Ainda assim, considerar o panorama de empréstimos

chineses para os países é relevante para compreender também a evolução do cenário de IED global, que será apresentado.

Gráfico 2: Maiores destinos de empréstimos chineses para a África em US\$M (2010-2018):



Fonte: elaboração própria com base na *Chinese Loans to Africa Database*.

A análise do fluxo de empréstimos chineses à África tem lugar a partir do posicionamento do argumento da diplomacia da dívida¹⁸, ao qual a visão do relacionamento sino-africano é atribuída, somada à visão da *Belt and Road Initiative* (BRI), que corrobora para tal entendimento. Nesse sentido, a BRI foi idealizada como mais um pilar da projeção chinesa no mundo, incluindo ambições de construir uma infraestrutura global interconectada. Nos próprios termos propostos pelos órgãos competentes do governo chinês¹⁹ e autorizado pelo Conselho de Estado da China,

A iniciativa de construir conjuntamente a *Belt and Road*, abraçando a tendência para um mundo multipolar, globalização econômica, diversidade cultural e maior aplicação de TI, foi projetada para apoiar o regime de livre comércio global e a economia mundial aberta, no espírito de cooperação regional aberta. O objetivo é de promover o fluxo ordenado e livre de fatores econômicos, alocação altamente eficiente de recursos e integração profunda dos mercados; incentivar os

¹⁸ *Debt trap diplomacy*.

¹⁹ Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (CNDR), Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Comércio (MOFCOM).

países ao longo da *Belt and Road* a alcançar a coordenação de políticas econômicas e a realizar uma cooperação regional mais ampla e aprofundada. (Action Plan on the Belt and Road Initiative, 2015, tradução própria).²⁰

A proposta de benefícios mútuos está fortemente presente na iniciativa *Belt and Road*, partindo de uma esfera de crescimento econômica e de projeção pacífica, por parte da China, em relação ao mundo. Esse discurso faz parte da narrativa do governo de interconectividade, livre comércio, estímulos econômicos e priorização a financiamentos de infraestrutura em grandes projetos no mundo, com o objetivo de criar corredores econômicos. Apesar do discurso oficial do governo chinês em relação à BRI, acerca da perspectiva positiva e promissora da iniciativa, há, por outro lado, ressalvas que devem ser consideradas para compreender os riscos passíveis ao contexto africano. Conforme colocado por Brautigam (2019), uma das preocupações predominantes acerca da iniciativa é do intuito do gigante asiático de conquistar seu domínio estratégico, a partir da sua potencialidade econômica, porém utilizando em termos políticos no globo.

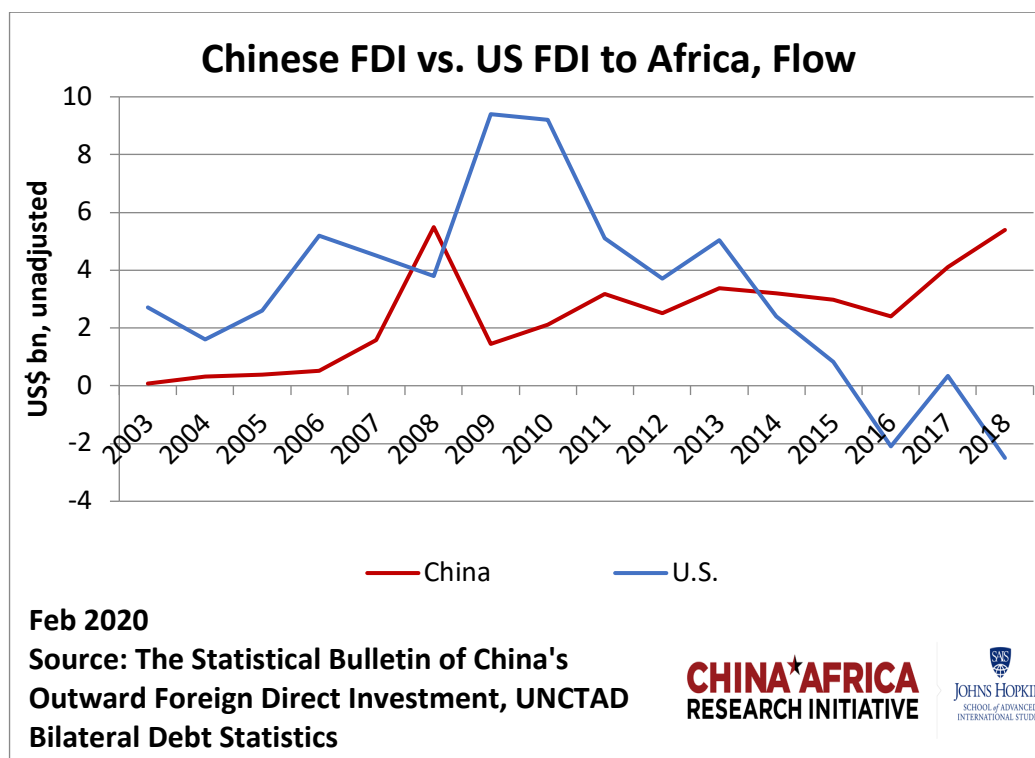
A retórica em relação à capacidade hegemônica da China e de um risco iminente deste país estar buscando aumentar sua projeção em termos políticos, econômicos e militares, foi agravada ao passo que a iniciativa da BRI foi desenvolvida e anunciada. Conforme colocado por Brautigam (2019), a preocupação predominante passou a ser em termos dos países tomadores empréstimos da China sob a *Belt and Road Initiative*, muito em função do histórico dos países em relação à ciclo de dívidas do passado e em razão de instituições frágeis, como é apontado ser o caso da China. Ainda assim, analisando a África dentro da BRI e do relacionamento sino-africano, dado o número expressivo de empréstimos aos países africanos, somada à falta de comprovação de casos em que a parte chinesa se beneficiou em detrimento de algum país africano, não é possível colocar que se trata de uma estratégia planejada dentro da *Belt and Road*, como observado em Brautigam (2019).

²⁰ The initiative to jointly build the Belt and Road, embracing the trend toward a multipolar world, economic globalization, cultural diversity and greater IT application, is designed to uphold the global free trade regime and the open world economy in the spirit of open regional cooperation. It is aimed at promoting orderly and free flow of economic factors, highly efficient allocation of resources and deep integration of markets; encouraging the countries along the Belt and Road to achieve economic policy coordination and carry out broader and more in-depth regional cooperation. (Action Plan on the Belt and Road Initiative, 2015).

3.3 Investimentos da China vs. das potências ocidentais

A já constatada projeção chinesa no continente africano, suporta a ideia de que o incremento nos investimentos estrangeiros da China, se colocam como substitutos ao papel que o IED de potências ocidentais desempenha historicamente na África. De acordo com o mapeamento feito pela *China-Africa Research Initiative* comparando-se os fluxos de IED dos Estados Unidos para a África, desde 2010 observa-se uma queda acentuada, que atingiu os seus mais baixos níveis em 2016 e em 2018. Em contrapartida, os fluxos de investimentos da China para a África se mantêm, desde 2010 em estabilidade com poucas variações positivas e negativas. No entanto foi a partir de 2016, que estes investimentos vivenciaram um aumento progressivo, atingindo uma máxima em 2018, somente antes vista em 2008, ano marcado pela crise econômica e financeira mundial, conforme ilustrado no gráfico 3.

Gráfico 3: Chinese FDI vs. US FDI to Africa, Flow²¹:



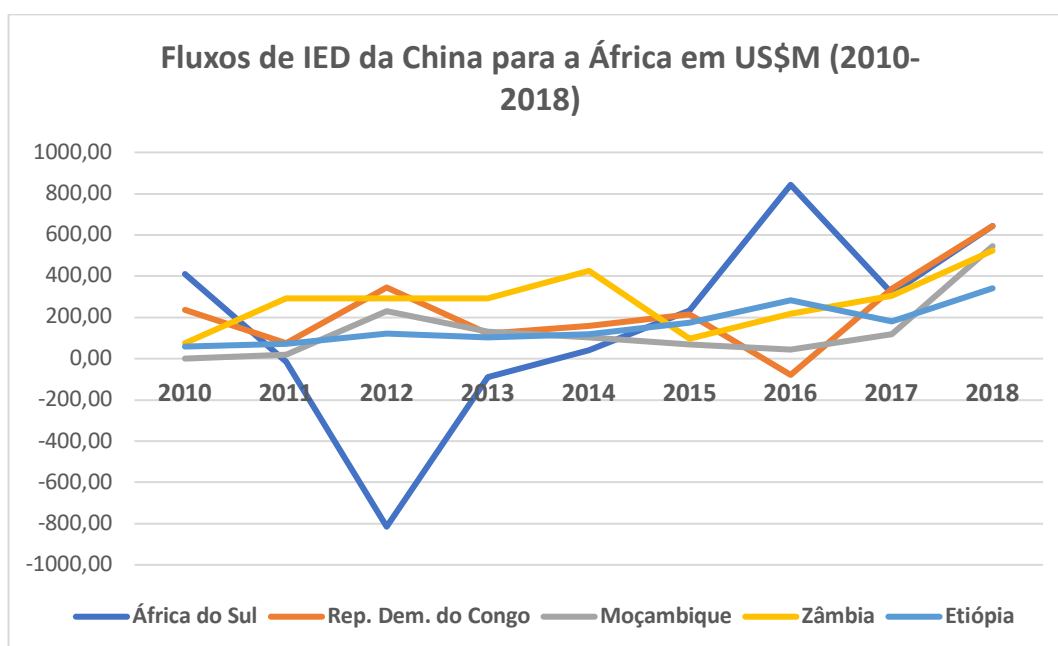
Fonte: Johns Hopkins University SAIS China-Africa Research Initiative.

²¹ IED Chinês vs. IED dos EUA para a África, fluxos.

No histórico dos investimentos chineses em países africanos, de 2003 a 2010, os países que mais receberam investimentos foram África do Sul, Nigéria, Argélia e Zâmbia, tendo importância para a análise da evolução da China e do seu IED na África. De acordo com os dados mapeados pela *China-Africa Research Initiative* (CARI), quanto à evolução a partir de 2010, até 2018, último ano de dados, observou-se uma forte evolução no estoque de IED nesses países referidos. Em se tratando dos fluxos de IED aos mesmos países, a série histórica de 2010 a 2018, com variações negativas em determinados anos. No entanto, no último ano de análise, constatou-se fluxos positivos a esses países representando a manutenção do interesse chinês em adentrar a África.

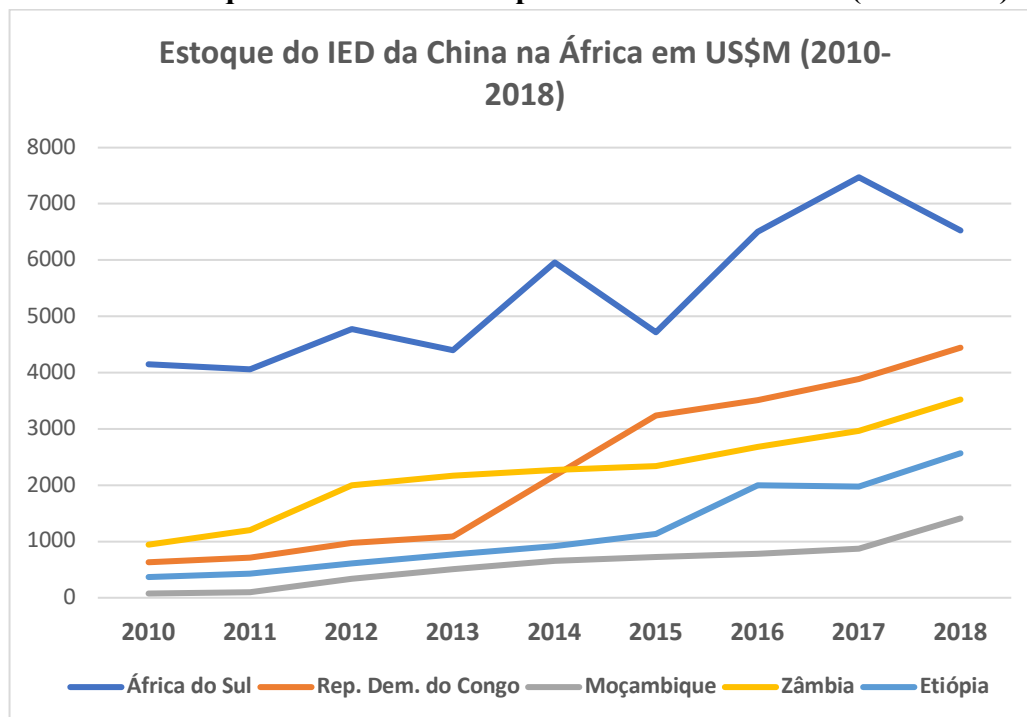
Ainda assim, em termos dos destinos mais visados para investimentos no ano de 2018, de acordo com a base de dados da CARI, as destinações mais importantes no continente africano foram África do Sul, República Democrática do Congo, Moçambique, Zâmbia e Etiópia, representando uma alteração da lógica que predominou na primeira década dos anos 2000. A evolução do IED chinês nos cinco principais países que foram destino desses fluxos, no ano de 2018, pode ser observada a partir do mapeamento da trajetória da presença chinesa neles. Nesse sentido, em termos de fluxos de IED da China recebidos pela África, a trajetória é colocada no gráfico 4 e, no tocante ao estoque do IED chinês acumulado no continente africano, os dados estão no gráfico 5.

Gráfico 4: Fluxos do IED da China para a África em US\$M (2010-2018):



Fonte: elaboração própria com base na *Johns Hopkins Univeristy SAIS China-Africa Research Initiative*.

Gráfico 5: Estoque do IED da China para a África em US\$M (2010-2018):



Fonte: elaboração própria com base na *Johns Hopkins Univeristy SAIS China-Africa Research Initiative*.

3.4 Evolução do IED da China para a África

Deste modo, para além de uma análise dos fluxos de investimento estrangeiro direto entre a China e os países africanos, cabe compreender o contexto dos fluxos globais de IED e como os atores mencionados neste estudo se posicionam neste cenário mais amplo. Até o ano de 2012, dentre as regiões em desenvolvimento das quais se tinham dados, o IED no setor de serviços desempenhou um papel fundamental na África, sendo o maior setor da região, de acordo com o *World Investment Report (WIR)* da UNCTAD (2015). O ano de 2014, por sua vez, foi marcado por uma maior atuação das economias em desenvolvimento no total global dos fluxos de IED, compondo uma participação de 55%. Nesse sentido, observava-se um lento crescimento econômico global, o qual poderia tornar as economias africanas de rápido crescimento, relativamente mais atraentes aos investidores de mercados emergentes, conforme abordado pela UNCTAD (2015).

De um modo geral, o ano de 2014 no contexto africano foi marcado pelo enfraquecimento nas perspectivas de crescimento de mercados importantes da região, como a Nigéria e a Zâmbia, devido ao declínio nos preços das *commodities*. No caso da Nigéria, esse movimento é representado no gráfico 2, no tocante a uma redução considerável de empréstimos chineses para este país, no ano de 2014 até 2016. Já no caso da Zâmbia, este fator é notado no gráfico 4, com impactos no ano de 2015, em que houve uma queda acentuada dos investimentos neste país. Ainda assim, por outro lado, o cenário de enfraquecimento nos mercados da África não se manteve uma regra geral especificamente no ano de 2014, para todos os países, uma vez que também propiciou uma expansão de empresas em desenvolvimento no continente.

O fenômeno constatado em maior escala, assim, foi a permanência de empresas multinacionais de economias em desenvolvimento na África. Deste modo, seguindo a tendência de ampliação dos países em desenvolvimento como uma grande parte do estoque de IED global, a China manteve seu padrão de investimentos notáveis na África, conforme destacado pelo WIR da UNCTAD (2015). No gráfico 4, este movimento é notável a partir do acréscimo, pelo qual os fluxos de IED para a África do Sul estavam passando, que perdurou com força até 2016.

No tocante ao cenário global de IED no ano de 2016, esperava-se um incremento nos fluxos de investimento para o continente africano, conforme consta no WIR da UNCTAD (2017). Tais expectativas, por sua vez, basearam-se no fato de que o mundo passava por uma recuperação nos preços de petróleo, após os resultados desfavoráveis, que ocorreram, em 2015, notadamente, nos fluxos que englobam a África. Isso se deu, uma vez que o petróleo passou por instabilidades²² fortes no biênio de 2014 a 2015, gerando flutuações nos preços, desfavorecendo os investimentos no continente africano, que é rico nesta matéria-prima. Ainda assim a despeito do contexto desvantajoso do petróleo, foram observados avanços na integração regional africana, de acordo com o WIR da UNCTAD (2017).

²² “A partir do segundo semestre de 2014, os preços do petróleo passaram a declinar acentuadamente, tendo variado de US\$ 114 por barril em julho deste ano a US\$ 46 por barril em janeiro de 2015. As flutuações ao longo do último ano continuaram mostrando uma tendência, com o preço tendo chegado a US\$ 27 por barril em janeiro de 2016.” (Corrêa & Pedrosa, 2016, p.5).

A despeito das perspectivas apontadas, o ano de 2016 foi marcado pela manutenção na queda dos fluxos de IED para a África com uma redução em 3%, comparando-se ao ano de 2015 e, conseqüentemente, resultando em uma diminuição da participação do continente no IED global. Nesse sentido, as motivações continuaram tendo base nos baixos preços das *commodities* das principais exportações, que englobam os países da África, conforme colocado pelo *World Investment Report* da UNCTAD (2017). Ademais, o mesmo relatório apontou que, contrariamente ao que se era esperado, o ano de 2016 foi marcado pela perda de espaço das economias em desenvolvimento em geral, com uma queda de 14% em suas participações nos fluxos de IED, nível comparável ao ano de 2010.

Ainda assim, apesar do cenário adverso apontado, principalmente no contexto das economias em desenvolvimento, o ano de 2016 foi marcante para a China. Deste modo, observou-se um forte crescimento da participação chinesa como economia investidora na África, atrás de potências historicamente presentes na região, como Estados Unidos, Reino Unido e França, de acordo com a UNCTAD (2017). A China se posicionando em quarto lugar, dentre as maiores economias investidoras na África, somada ao fato de ter aumentado sua participação no IED africano, de US\$ 13 bilhões de dólares, em 2010, para US\$ 35 bilhões de dólares, em 2015, com dados da UNCTAD (2017), demonstra a evolução do gigante asiático na região. Este mesmo ano, ainda, representou uma recuperação dos investimentos externos da Ásia em 7%, em razão dos fluxos recordes de saída da China. O panorama apresentado pode ser observado no gráfico 4, a partir do auge de investimentos na África do Sul, somado ao aumento de investimentos na Etiópia e na Zâmbia, de igual modo.

No que se refere ao ano de 2018, tratou-se de um período marcado por um aumento em 11% dos fluxos de IED para o continente africano, no entanto, ainda deixando-o abaixo da média anual dos 10 anos anteriores, de acordo com o *World Investment Report* UNCTAD (2019). Apesar disso, as economias em desenvolvimento permaneceram com influxos estáveis, com destaque para a Ásia e a África, que registraram os fluxos mais altos em 2018, dentre as demais economias do mesmo grupo (UNCTAD, 2019). Assim, o aumento dos fluxos para a África pode ser atribuído à busca contínua de recursos naturais, conforme já projetado nesta análise. Somado a isso, há investimentos diversificados e uma recuperação da África do Sul em termos de entradas de IED, após anos com influxos mais

reduzidos, de acordo com o relatório da UNCTAD (2019) e, conforme ilustrado na série histórica do gráfico 4.

Em relação aos setores englobados nos influxos de IED para a África, houve um sinal otimista para os investimentos em manufatura, que incrementaram em 60%. No entanto, o WIR da UNCTAD (2019) coloca que, em países de rendas mais baixas, tais como os do continente africano, há uma preocupação em termos de um menor número de projetos associados à indústria ou com algum nível de industrialização. Isso ocorre, uma vez que os países em desenvolvimento são extremamente dependentes de recursos externos e, tendo em vista mudar essa lógica, há a necessidade de atração de mais investimentos para indústrias de maior valor agregado, que possibilitem a transformação industrial interna desses países, conforme abordado no relatório da UNCTAD (2019).

O ano de 2018 no contexto da África foi marcado por desafios às tendências globais de queda, uma vez que os fluxos do continente passaram por um incremento de 11%, rompendo com uma lógica vivida sucessivamente nos anos anteriores, notadamente, em 2016 e 2017, de acordo com o relatório da UNCTAD (2019). Esse cenário pode ser constatado no gráfico 4, com o aumento de investimentos chineses nos 5 países englobados na análise. Nesse âmbito, apesar da ocorrência de quedas em algumas das principais economias africanas, estas foram compensadas por aumentos significativos em outras, com destaque à África do Sul, que passou por uma queda expressiva em 2012, que foi recuperada em 2016.

Por conseguinte, cabe mencionar que o incremento nesses investimentos, foram pautados por demandas crescentes e preços favoráveis de matérias-primas, somada à busca por recursos naturais, retratado pelo relatório da UNCTAD (2019). Este contexto demonstra a instabilidade do continente africano, no papel de economia anfitriã de IED. Ainda assim, cabe considerar que, apesar do protagonismo de empresas multinacionais dos países desenvolvidos, as EMNs de economias em desenvolvimento, tal como a China, estão cada vez mais ativas nos investimentos em países africanos.

4. Investimentos Chineses no Brasil

4.1 Histórico da relação sino-brasileira

Em primeira instância e em termos mais gerais, a grande e notória relevância das relações sino-brasileiras pode ser traduzida no fato de que, desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil. Ainda assim, não se trata da única dimensão que ambos os países se complementam e são dependentes entre si, uma vez que os fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) também desempenham um papel primordial nesse âmbito. O Brasil se tornou um destino-chave para os investimentos chineses, principalmente a partir dos anos 2000 e, seguindo um padrão de crescimento constante, o ano de 2010 foi marcado pela consolidação da presença chinesa por meio de IED no país²³.

No contexto chinês, o relacionamento entre Brasil e China por meio de investimentos, tem base histórica relacionada ao seu forte processo de urbanização, que foi impulsionado a partir dos anos 2000. Esse momento, ainda, foi pautado por uma política declarada de saída de grandes empresas estatais do país asiático, que contavam com apoio governamental. Assim, o Brasil já se posicionava como uma região importante para a China obter recursos que demandava internamente, mas que não tinha capacidade de suprir com sua produção interna. No entanto, foi a partir de 2010 que houve um salto relevante nos aportes chineses no mundo e, notadamente, no Brasil. Portanto, a relação entre esses países, principalmente no momento inicial, se deu pela ideia de complementação entre suas economias, muito ligada às necessidades chinesas concentradas em matérias-primas. Sumariamente, de acordo com o estudo do CEBC (2016),

Os investimentos (...) ganharam grande dinamismo a partir de 2010, ano que marca a descoberta do Brasil por parte das empresas chinesas como um potencial destino para investimentos externos. Nesse primeiro momento, a China passou a investir nas atividades ligadas aos produtos que constituem a maior parte da pauta de exportação do Brasil para a China. (CEBC, 2016, p. 13).

Desde o princípio do incremento das relações comercial e de investimento entre os países, em 2009 e 2010, respectivamente, foi notório o aumento da

²³ “No ano de 2010, foi registrado o influxo de US\$ 13,1 bilhões em investimentos chineses (...) neste momento, a China se tornou uma das maiores fontes de investimento estrangeiro direto no país.” (CEBC, 2013, p. 8).

participação do mercado chinês na pauta exportadora brasileira, principalmente nos insumos primários, que representaram de 55% a 60% da totalidade, conforme colocado por Pereira (2018). Entretanto, chamou-se atenção para a disparidade na relação entre a China e o Brasil no tocante ao valor agregado exportado pelos países, questão que é pertinente e argumentada até a atualidade. Assim, a relação desigual se destacou, ao passo que, as exportações originárias do país latino-americano para o asiático são concentradas em insumos de baixo valor agregado²⁴ e, no fluxo inverso, o valor é elevado, com exportações baseadas em manufaturados.

4.2 Investimentos chineses no Brasil (2010-2016)

Em termos de investimento, o ano de 2010 pode ser caracterizado, de um lado, pela inserção do Brasil na base internacional de recursos naturais para a China e, por outro lado, pela entrada dos chineses no mercado consumidor e no tecido industrial brasileiro, conforme aponta o estudo do CEBC (2011). Seguindo essa lógica, nos investimentos anunciados os setores-alvo foram os de energia, petróleo e gás, e de agronegócio, que são igualmente ilustrados na tabela 4, no tocante aos investimentos confirmados. Apesar deste padrão destacar o intuito de busca por recursos naturais no IED, a partir de 2010 já se iniciava um movimento de inserção no setor automotivo do Brasil, principalmente, com a instalação de montadoras chinesas no território brasileiro, conforme será especificado em termos de investimentos confirmados, na tabela 2.

A partir de 2011, observou-se uma propensão a maiores investimentos no setor da indústria, em detrimento do primário. Tal tendência foi observada a partir do aumento de projetos nos setores automotivo, eletrônico e de equipamento e maquinaria, notadamente nos anos de 2012 e 2013. Assim, diferentemente de interesses somente voltados para o suprimento da demanda interna chinesa, os projetos de investimentos da China passaram a ter em vista a potencialidade do país como “(...) vetor de capacitação em bens de capital, veículos, equipamentos de telecomunicação e indústrias complexas fabricantes de produtos de alto valor agregado.” (CEBC, 2013, p.15). De igual modo, a China passou a realizar sua estratégia de IED visando ao mercado consumidor do país, levando em conta o

²⁴ Exportações baseadas em *commodities*, tais como petróleo, minério de ferro e soja e carnes.

surgimento de uma nova classe média brasileira. No caso do setor automotivo²⁵, além do ritmo de crescimento econômico do país,

(...) devem ser destacados os incentivos oferecidos pelo governo brasileiro para a compra de veículos, como a redução do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) e a ampliação do acesso ao crédito para a compra de automóveis, caminhões e motos. (CEBC, 2014, p. 9).

O período considerado de 2011 a 2013, marcado pelo aumento dos investimentos na área industrial, foi seguido por um biênio baseado em investimentos na área de produção e transmissão de energia elétrica, que somaram montantes expressivos no IED chinês. Nesse setor, nos anos de 2014 e 2015, as empresas com maior força nos investimentos foram as estatais State Grid²⁶ e a China Three Gorges (CTG)²⁷. Essas empresas encabeçaram grandes projetos de infraestrutura, além da aquisição da concessão para operar em hidrelétricas no Brasil, e o controle de empresas do setor que já detinham operação no país, como apontado pelo estudo do CEBC (2016).

No tocante às tendências de inserção da China no Brasil, comparando o número de projetos em 2014, os investimentos realizados por empresas chinesas nos anos anteriores passaram por uma queda considerável, e se encontravam no início de um movimento decrescente, conjuntura apontada pelo CEBC (2016). Ainda assim, essa queda foi justificada por se tratar de um momento de consolidação de projetos anunciados em anos anteriores, dando andamento a eles. O ano de 2015 representou uma recuperação em relação ao IED chinês, cuja explicação “(...) se deve, em parte, à desvalorização do Real, que tornou os ativos brasileiros mais atrativos para os investidores estrangeiros” (CEBC, 2016, p. 16).

Seguindo o histórico dos investimentos chineses no Brasil, o ano de 2016 foi pautado pela permanência da tendência no enfoque no setor de energia, com a continuidade da consolidação das gigantes chinesas deste setor^{28,29}. Ainda assim,

²⁵ Dentre alguns exemplos de projetos, houve a entrada da automobilística chinesa Chery, erguendo uma fábrica de carros no interior paulista e, posteriormente, de produção de motores, além da JAC Motors Brasil, que ergueu também uma fábrica de automóveis na Bahia.

²⁶ A State Grid venceu o leilão para a construção da segunda linha de transmissão da Belo Monte.

²⁷ A China Three Gorges (CTG) realizou a aquisição da concessão das usinas hidrelétricas Engenheiro Souza Dias (Jupiá) e Ilha Solteira, além de 3 usinas da Triunfo Participações. Em 2015, ainda, a CTG adquiriu parte do capital de parques eólicos da empresa portuguesa EDP Renováveis no Brasil.

²⁸ Em 2016, a State Grid realizou a compra da CPFL Energia e da CPFL Renováveis, um movimento importante na consolidação nos setores de transmissão, distribuição e geração energética no mercado brasileiro.

²⁹ Em 2016 a China Three Gorges adquiriu ativos da Duke Energy no Brasil, incluindo oito usinas hidrelétricas e duas centrais hidrelétricas, no valor de US\$ 1,2 bilhão.

apesar da relevância do setor energético brasileiro para a China, principalmente dadas a geração de oportunidades e atratividade de investimentos que detém, também foram realizados aportes importantes no segmento de agronegócio, como consta na tabela 2. Neste setor, destacou-se a aquisição do controle da *trading* brasileira Fiagril, pela chinesa Hunan Dakang Pasture Farming, fazendo parte da busca de recursos naturais no Brasil, esclarecida nos termos de Dunning & Lundan (2008).

Tabela 2: Investimentos Chineses Confirmados no Brasil (2010-2016):

ANO	SETOR	EMPRESAS (CHINA - BRASIL)	FORMA DE INGRESSO	VALOR
2010	Petróleo e Gás Natural	Sinopec - Repsol Brasil	Fusão e Aquisição	US\$ 7,1 bilhões
2010	Petróleo e Gás Natural	Sinochem - Statoil ASA	Fusão e Aquisição	US\$ 3 bilhões
2010	Energia	State Grid - Elecnor SA, Abengoa SA, Isolux Ingenieria SA e Cobra Instalaciones y Servicios	Fusão e Aquisição	US\$ 989 milhões
2010	Mineração	Wuhan Iron and Steel Group Co. (Wisco) - MMX	Fusão e Aquisição	US\$ 400 milhões
2010	Automotivo	Chery - Governo de São Paulo	Greenfield	US\$ 400 milhões
2010	Mineração	Honbridge Holdings	Greenfield	US\$ 390 milhões
2010	Automotivo	Jianhuai Automotive Co. (JAC)	Greenfield	US\$ 200 milhões
2010	Automotivo	CR Zongshen	Greenfield	US\$ 20 milhões
2011	Energia	Sinopec - Galp Energia, empresa portuguesa presente no Brasil)	Fusão e Aquisição	US\$ 4,8 bilhões
2012	Petróleo e Gás Natural	Repsol - Sinopec	Fusão e Aquisição	US\$ 1,675 bilhão
2014	Agronegócio	COFCO - Nidera	Fusão e Aquisição	US\$ 750 milhões
2014	Agronegócio	COFCO - Noble Agri	Fusão e Aquisição	US\$ 2,8 bilhões
2014	Energia	State Grid - Eletrobras, Furnas e Eletronorte	Greenfield	US\$ 1 milhão
2014	Energia	CTG - EDP	Greenfield	R\$ 1,1 bilhão

2014	Energia	CTG - EDP	Greenfield	R\$ 175 milhões
2015	Energia	CTG - Triunfo Participações e Investimentos	Fusão e Aquisição	US\$ 272,31 milhões
2015	Automotivo	Zotye Motors do Brasil - JAC Motors	Fusão e Aquisição	US\$ 58.886 mil
2015	Energia	CTG - EDP Renováveis	Fusão e Aquisição	US\$ 100.000 mil
2015	Energia	CTG - CESP	Fusão e Aquisição	US\$ 100 milhões
2016	Agronegócio	Hunan Dakang Pasture Farming - Fiagril	Fusão e Aquisição	US\$ 200 milhões
2016	Energia	State Grid - CPFL Energia	Fusão e Aquisição	US\$ 4,08 bilhões
2016	Energia	State Grid - CPFL Renováveis	Fusão e Aquisição	US\$ 910 milhões
2016	Automotivo	Zotye	Greenfield	US\$ 8,6 milhões
2016	Mineração	Cmcc/China Molybdenum - Anglo American	Fusão e Aquisição	US\$ 1,7 bilhão
2016	Energia	CTG - Duke Energy	Fusão e Aquisição	US\$ 1,2 bilhão

Fonte: elaboração própria com base nos estudos do Centro Empresarial Brasil-China (CEBC).

Para além das considerações dos investimentos chineses ano a ano, como já apresentado, cabe uma análise a partir de uma perspectiva temporal mais ampla, chamando atenção às tendências expressas. Em primeiro lugar, considerando o período de 2010 a 2016, a análise de Kupfer & da Rocha (2018) aponta que, dentre as empresas que demonstraram interesse ou efetivaram a entrada no Brasil, 74 fizeram por meio de IED, somando o montante de US\$ 44 bilhões. Nesses investimentos, ainda, 83% foi feito por operações de fusão e aquisição e, no tocante aos maiores investimentos, observa-se a predominância de extração de petróleo e gás natural, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e extração de minerais metálicos não-ferrosos.

Comparando-se a essa fonte de dados, a tabela 2 foi elaborada, tendo em vista apresentar um panorama detalhado dos projetos chineses confirmados no Brasil, com base no mapeamento presente nos estudos do CEBC³⁰. No tocante à análise setorial, é possível observar a predominância de grandes investimentos nos setores apontados por Kupfer & da Rocha (2018), com destaque para os segmentos de petróleo e gás, e de energia, nos anos de 2010 a 2016. A representatividade desses setores quanto aos montantes investidos será apresentada na tabela 4, junto aos segmentos automotivo e de agronegócio, que também detém relevância neste período.

No setor automotivo os investimentos se direcionam, principalmente, para a instalação de fábricas e montadoras de automóveis no Brasil, notadamente nos anos de 2010, 2015 e 2016, conforme coloca a tabela 2, se tratando de uma tendência que permanece no biênio seguinte, como será demonstrado na tabela 3. No setor do agronegócio, por sua vez, os investimentos volumosos na aquisição da Nidera e da Noble, pela chinesa COFCO, foram realizados em 2014 e atestaram o interesse de adquirir ativos agrícolas, visando ao escoamento para o seu mercado interno, como aponta o estudo do CEBC (2016). A aquisição da Fiagril pela COFCO, já mencionada, se inclui nesta estratégia e tem grande importância por se tratar de uma processadora de grãos, mercadoria relevante na relação comercial sino-brasileira.

4.3 Investimentos chineses no Brasil (2017 e 2018)

O ano de 2017 foi marcado pela permanência de investimentos em transmissão e produção energética, juntamente ao direcionamento de aportes ao agronegócio. Juntos, tais segmentos representaram os projetos mais dispendiosos neste ano, dentre os demais setores. No ramo energético, além da expansão das estatais chinesas CTG e State Grid, a SPIC Pacific Energy também teve destaque, com a aquisição da Usina Hidrelétrica de São Simão, em Goiás. Para além do alto valor envolvido nos investimentos no agronegócio brasileiro, há maior relevância deste setor, pois faz parte da manutenção da estratégia chinesa, iniciada com mais

³⁰ Estudos do Centro Empresarial Brasil-China, referentes aos anos de 2011, 2013, 2014, 2016 e 2017.

força em 2014, de buscar garantir o suprimento de insumos agrícolas para suas importações, conforme aponta o estudo do CEBC (2018).

Ainda em 2017, cabe considerar o setor logístico, que foi o terceiro maior destino do IED chinês em termos de volume, também como parte da inserção da China na cadeia de produção brasileira, visando à chegada ao seu próprio mercado. Ademais, tanto em termos de projetos totais, quanto somente de investimentos confirmados, o ano de 2017 marcou o recorde de investimentos chineses mapeados no Brasil em um ano, até então, de acordo com o CEBC (2018). Assim, seguindo uma tendência anteriormente mencionada,

As características dos investimentos em 2017 indicam uma continuidade da fase que teve início em 2014 (...) o setor de transmissão de energia no Brasil recebeu grandes aportes chineses via empresas estatais como State Grid e China Three Gorges, que iniciaram operações em usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, assim como adquiriram ativos de empresas brasileiras e estrangeiras atuantes na área (CEBC, 2018, p. 12).

No que concerne o ano de 2018, além da permanência de investimentos em energia e agronegócio, houve também investimentos em tecnologia que se sobressaíram. Primeiramente, o setor de energia permaneceu notório, com destaque às grandes estatais chinesas da área³¹, as quais “(...) foram particularmente atuantes, tendo somado, em conjunto 12 projetos confirmados em 2018 (...) ao todo, os investimentos das duas estatais centrais chegaram a cerca de US\$ 1,7 bilhão” (CEBC, 2019, p. 12). Ainda assim, novas tendências se tornaram mais presentes, com investimentos confirmados em tecnologia da informação³², setor promissor para a China investir no Brasil.

Ainda em termos dos investimentos chineses confirmados no Brasil, o biênio de 2017 e 2018 representou a manutenção do enfoque em setores já destacados de energia, agronegócio, petróleo e gás natural e o automotivo, como consta na tabela 3. Todavia, a propensão a investimentos em tecnologia da informação, demonstraram seu potencial também quanto aos altos valores

³¹ State Grid e China Three Gorges.

³² Investimentos em tecnologia da informação, confirmados em 2018: 1. Plataforma móvel de transporte e mobilidade urbana, Didi Chuxing adquiriu o controle da brasileira 99 taxis, no valor de aproximadamente US\$ 600 milhões; 2. Instalação da corretora chinesa de criptomoedas Huobi, no Brasil; 3. Companhia chinesa Tencent investiu na fintech de cartões de crédito Nubank, no montante aproximado de US\$ 90 milhões, com base em informações coletadas no estudo do CEBC (2019).

investidos, destacados na tabela 4. Neste setor, em 2017, houve a aquisição de parte minoritária da *startup* de transporte individual 99, seguido pela compra do seu controle, em 2018, pela plataforma de transporte chinesa DiDi Chunxing. Ainda, na área de tecnologia da informação, houve um aporte volumoso em 2017 por parte da Huawei, cujo intuito declarado foi a “(...) criação de um Centro de Desenvolvimento de Competências e Inovação no campus do Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel).” (CEBC, 2018, p. 30).

Tabela 3: Investimentos Chineses Confirmados no Brasil (2017-2018):

ANO	SETOR	EMPRESAS (CHINA - BRASIL)	FORMA DE INGRESSO	VALOR
2017	Agronegócio	CITIC Agri Fund/ Yuan Longping High-Tech Agriculture - Dow Chemical	Fusão e Aquisição	US\$ 1,1 bilhão
2017	Agronegócio	Hunan Dakang Pasture Farming - Belagrícola	Fusão e Aquisição	US\$ 253 milhões
2017	Agronegócio	Jinhua Brasil	<i>Greenfield</i>	US\$ 2,6 milhões
2017	Energia	JA Solar - JA Solar Brazil	Fusão e Aquisição	Não informado
2017	Energia	Trina Solar	Fusão e Aquisição	Não informado
2017	Energia	BYD	<i>Greenfield</i>	US\$ 7,3 e US\$ 6,6 milhões
2017	Infraestrutura	China Merchants Port Holding - Advent (50% da TCO), Galigrain e TCB, e Pattac, Soifer Participações e TUC Participações Portuárias	Fusão e Aquisição	US\$ 909 milhões
2017	Infraestrutura	CCCC - Wtorre	<i>Greenfield</i>	US\$ 1,7 bilhão
2017	Financeiro	Fosun International Limited - Guide Investimentos	Fusão e Aquisição	US\$ 129 milhões
2017	Tecnologia	DiDi Chunxing - 99 taxis	Fusão e Aquisição	US\$ 34 milhões

2017	Tecnologia	Wecash (filial brasileira) - Wecash	<i>Brownfield</i>	US\$ 37 milhões
2017	Automotivo	Ningbo Tuopu	<i>Greenfield</i>	US\$ 9,4 milhões
2017	Automotivo	TP Industrial do Brasil (ex Pirelli Industrial)	<i>Brownfield</i>	US\$ 34 milhões
2017	Petróleo e Gás Natural	CNOOC (consórcio com Shell e QPI Brasil)	Fusão e Aquisição	US\$ 109 milhões
2017	Petróleo e Gás Natural	CNODC (consórcio com a Petrobrás e a BP)	Fusão e Aquisição	US\$ 626 milhões
2017	Petróleo e Gás Natural	Tek (JV entre brasileiros e chineses)	Fusão e Aquisição	US\$ 27 mil
2017	Energia	CTG	<i>Brownfield</i>	US\$ 47 milhões
2017	Energia	CTG	<i>Greenfield</i>	US\$ 115 milhões
2017	Energia	SPE ³³ entre a brasileira Eletrosul e a Shanghai Electric Power Transmission and Distribution Engineering (subsidiária Shanghai Electric)	<i>Joint venture</i>	US\$ 1,025 bilhão
2017	Energia	SPIC Pacific Energy	Fusão e Aquisição	US\$ 2,2 bilhões
2017	Tecnologia	Huawei	<i>Brownfield</i>	US\$ 1,4 bilhão
2017	Telecomunicações	China Mobile	<i>Brownfield</i>	Não informado
2018	Agronegócio	Pingle	<i>Brownfield</i> e <i>Greenfield</i> ³⁴	US\$ 986 mil
2018	Infraestrutura	CCCC	<i>Greenfield</i>	US\$ 273 milhões
2018	Petróleo e Gás Natural	PetroChina International - TT Work	Fusão e Aquisição	Não informado
2018	Tecnologia	DiDi Chunxing - 99 taxis	Fusão e Aquisição	US\$ 600 milhões

³³ Sociedade de propósito específico.

³⁴ Investimentos em um escritório técnico e comercial e na construção de um armazém para estoque de peças para moinhos.

2018	Tecnologia	Huobi	Não informado	Não informado
2018	Tecnologia	Tencent - Nubank	Fusão e Aquisição	US\$ 90 milhões
2018	Comércio de varejo	Aihuishou e Pedralbes Partners - Trocafone	Fusão e Aquisição	US\$ 3 milhões
2018	Elerodoméstico	Midea	<i>Brownfield</i>	US\$ 900 mil
2018	Petróleo e Gás Natural	CNOOC (consórcio com BP Energy e Ecopetrol)	Fusão e Aquisição	Não informado
2018	Energia	CEE Power	<i>Greenfield</i>	US\$ 5,4 milhões
2018	Elétrico	Sangxing Electric - Nansen	Fusão e Aquisição	Não informado
2018	Máquinas e Equipamentos	Fuzhou Skystone Diamond Tools Co. Ltd. - Grupo Guidoni	Fusão e Aquisição	Não informado
2018	Máquinas e Equipamentos	YDF Valves - IPPG Brazil	Fusão e Aquisição	Não informado
2018	Energia	CTG	<i>Brownfield</i>	US\$ 109 milhões
2018	Energia	Jiangsu Communication Clean Energy Technology (CCETC)	<i>Greenfield</i>	US\$ 109 milhões
2018	Energia	State Grid - XRTE (Xingu Rio de Transmissora de Energia)	<i>Greenfield</i>	US\$ 1,2 bilhão
2018	Energia	State Grid - PRTE (Paranaíta Transmissora de Energia)	<i>Greenfield</i>	US\$ 204 milhões
2018	Energia	State Grid - Ribeirão Preto Transmissora de Energia	<i>Brownfield</i>	US\$ 6,8 milhões
2018	Energia	State Grid - Atlântico Transmissora de Energia	<i>Brownfield</i>	US\$ 1 bilhão
2018	Energia	State Grid - Iracema Transmissora de Energia	<i>Brownfield</i>	US\$ 3,5 milhões
2018	Energia	State Grid - Porto Primavera Transmissora de Energia	<i>Brownfield</i>	US\$ 4,3 milhões

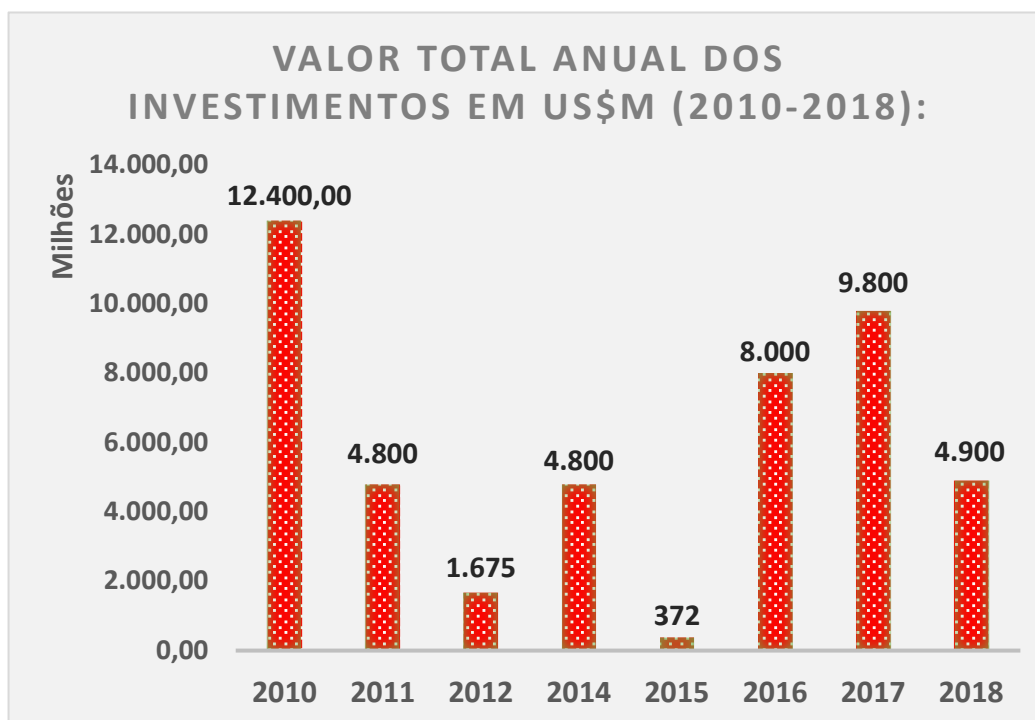
2018	Energia	State Grid - Belo Monte Transmissora de Energia (BMTE - 51%) - parceria com Furnas, Eletronorte/Eletronorte	<i>Greenfield</i>	US\$ 22,6 milhões
2018	Petróleo e Gás Natural	Consórcio com participação da Shandong Kerui - Petroleoum - Petrobras	<i>Greenfield</i>	US\$ 600 milhões

Fonte: elaboração própria com base nos estudos do Centro Empresarial Brasil-China (CEBC).

4.4 Panorama dos investimentos chineses no Brasil (2010-2018)

No tocante aos valores dos investimentos confirmados em toda a série histórica analisada, o gráfico 6 apresenta sua evolução ao longo dos anos. Em 2010, primeiramente, demonstra-se o interesse inicial de inserir o Brasil na estratégia de internacionalização chinesa, e a disposição do gigante asiático naquele momento para tal. Somente em 2010 somou-se US\$ 12,4 bilhões nos aportes mapeados neste estudo, que foi o período de maior valor investido dentre os considerados. Para além de uma quantidade grande de projetos, o destaque desse ano se deu no setor de petróleo e gás natural, com somente dois projetos compondo o valor de US\$ 10,1 bilhões e influenciando expressivamente o total direcionado ao todo para esse segmento.

Em termos de montante investido, os setores-alvo mais visados pelos chineses serão ilustrados na tabela 4. Ainda assim, a despeito de variações nos investimentos totais nos anos seguintes, os valores a partir de 2016 comprovam a manutenção do interesse chinês em se estabelecer no Brasil. Considerando o triênio mais recente, até o ano de 2018, constata-se que esses projetos advindos da China, geram retornos positivos desde o início da estratégia de IED no Brasil, em 2010.

Gráfico 6: Valor total anual dos investimentos em US\$M (2010-2018):

Fonte: elaboração própria com base nos estudos do Centro Empresarial Brasil-China (CEBC).

Em adição e sumariamente ao que já foi colocado nas conclusões setoriais acerca dos investimentos chineses no Brasil, no período de 2010 a 2016 e no biênio de 2017 e 2018, cabe considerar se o montante total dos projetos por setor expressa o mesmo padrão observado. A tabela 4 especifica o valor total investido em cada setor na série histórica compreendida, dentre os projetos confirmados que tiveram o seu montante informado. A partir dessa análise, é possível confirmar o enfoque em setores já destacados, uma vez que energia e petróleo e gás natural, respectivamente, somaram os maiores valores, seguidos de agronegócio, infraestrutura, mineração e tecnologia, sendo que todos se inseriram na cifra de bilhões de dólares.

Ainda assim, por um lado, há os segmentos que permaneceram constantes na estratégia chinesa, de 2010 até 2018, como o de energia, petróleo e gás natural, agronegócio e mineração. No entanto, por outro lado, cabe voltar o olhar para o setor de tecnologia, em especial, que esteve presente somente no último biênio considerado e, apesar disso já demonstrou o interesse de inserção no Brasil e sua força financeira para tal estratégia. Deste modo, além desse padrão ser observado

em termos do volume de projetos, exibidos na tabela 3, são especialmente contemplados em relação ao montante total investido, expresso na tabela 4.

Tabela 4: Valor total de investimentos chineses no Brasil por setor (2010-2018)³⁵:

SETOR	TOTAL
Energia	US\$ 13,9 bilhões
Petróleo e Gás Natural	US\$ 13,1 bilhões
Agronegócio	US\$ 6 bilhões
Infraestrutura	US\$ 2,8 bilhões
Mineração	US\$ 2,4 bilhões
Tecnologia	US\$ 2,1 bilhões
Automotivo	US\$ 672 milhões
Financeiro	US\$ 129 milhões
Comércio e varejo	US\$ 3 milhões
Eletrodoméstico	US\$ 900 mil

Fonte: elaboração própria com base nos estudos do Centro Empresarial Brasil-China (CEBC).

4.5 Conclusões acerca da presença da China no Brasil

No que se refere à interligação das relações comerciais e por meio de investimento entre ambos os países abordados neste estudo, há uma relação fundamental, haja vista que os investimentos ocorrem principalmente em setores-chave, conforme já constatado. Os investimentos por meio de fusão e aquisição (F&A) de multinacionais, foram realizados estrategicamente ao longo do histórico analisado, tendo em vista uma participação mais ativa em setores primordiais para os chineses no Brasil. A lógica desses IEDs é pensada com base em segmentos em que a demanda chinesa é forte, e o Brasil é um importante fornecedor. Assim,

³⁵ Valor aproximado em dólar americano, com base nos investimentos confirmados mapeados nas tabelas 2 e 3. As conversões dos projetos que estavam em real, foram feitas com bases nos dados do Banco Central do Brasil, retirados do Ipeadata, referente à taxa de câmbio comercial para venda real (R\$) / dólar americano (US\$).

busca-se garantir a produção desejada nos moldes requeridos e que melhor atendam aos próprios interesses, na medida em que tiverem poder de agência. Há, de igual modo, um controle de qualidade, visando também ao destino final de abastecimento do mercado chinês.

Apesar da constância em investimentos em fusão e aquisição, ao se observar os investimentos confirmados, os quais foram objetos de análise das tabelas 2 e 3, a partir de 2017 há mudanças na forma de ingresso predominante das empresas chinesas no Brasil. A partir deste ano foi mapeada uma maior participação em investimentos na tipificação de *greenfield*³⁶, “(...) o que pode ser analisado como algo positivo para a economia brasileira uma vez que investimentos desta natureza, durante sua execução, acionam indústrias nacionais e geram novos empregos para o país.” (CEBC, 2013, p. 11). Voltar o olhar para tal mudança também se faz relevante ao se comparar aos anos iniciais de análises do IED chinês no Brasil, que ocorria em maior instância via *joint venture*, colocando-se como uma alteração neste padrão de investimentos. De igual modo, representa uma mudança em relação aos anos de 2010 a 2016, nos quais houve a predominância de fusões e aquisições como modo de ingresso no Brasil.

Para além de uma visão da relação sino-brasileira não ser pautada em ganhos mútuos em termos de exportação e de investimentos, com a ideia de benefícios majoritários à China, há ressalvas quanto as contribuições advindas desta parceria. Apesar de se tratar de um tema polarizado, cabe o reconhecimento de que a demanda chinesa proporcionou em ampla escala benefícios econômicos, advindas da exploração de possibilidades e recursos naturais brasileiros. A despeito do fato da pauta de exportação brasileira à China ser substancialmente composta por produtos primários e de baixo valor agregado, há demais argumentos além da esfera desta relação comercial e econômica, que contribuem para a falta de impulso e competitividade do Brasil. Seguindo esse raciocínio, cabe a menção de que

(...) a demanda chinesa por commodities permitiu que o país explorasse suas vantagens comparativas na mineração e agropecuária e obtivesse ganhos em termos de troca. Os superávits comerciais permitiram o acúmulo de reservas internacionais que serviram como colchão de segurança na crise mundial de 2008. (Pereira, 2018, p. 102).

³⁶ “O IED *greenfield* envolve o capital usado para a compra de ativos fixos, materiais, bens e serviços, e contratação de mão de obra no país anfitrião. Essa forma de IED contribui diretamente para a formação de capital e ajuda a gerar empregos no país receptor.” (UNCTAD, 2009, p.98, tradução própria).

O panorama inicial das relações entre os países e das condicionalidades, por vezes, estabelecidas entre o IED e o comércio, passando pelos objetivos da China em se estabelecer no Brasil por meio de aportes, é um importante meio de contextualização. Por um lado, há uma base fornecedora brasileira crescente, ao passo que a própria demanda interna chinesa segue o mesmo ritmo de incremento. Por outro lado, também é vantajoso para a China se inserir no mercado consumidor brasileiro de forma massiva, como ocorreu ao longo última década. Ainda assim, cabe ressaltar que o fenômeno de estreitamento do relacionamento sino-brasileiro e da consolidação chinesa como forte um investidor, apesar de ter ocorrido em grande escala, não foi de forma repentina, sendo resultado de esforços de internacionalização em ação desde a década de 1990.

De modo geral, ao analisar-se os projetos chineses confirmados no Brasil nos anos englobados, de 2010 a 2018, pode-se ter uma dimensão do que foi consolidado, de fato, na presença chinesa no Brasil. Assim sendo, é possível relacionar os objetivos da China, ao implementar e intensificar o direcionamento de investimentos estrangeiros diretos em território brasileiro, com os projetos executados e o andamento da estratégia chinesa no Brasil. Para além de uma visão específica e limitada do panorama desses projetos, portanto, o que se busca concluir são as tendências e como elas se modificaram ao longo da última década. Isso ocorre, na presente análise, principalmente, em termos de setores e empresas-chave que a China concentrou seus esforços de internacionalização, desde 2010.

5. Conclusão

Acerca dos argumentos analisados, a China permaneceu consolidando sua presença global por meio das estratégias de internacionalização e dos fluxos para países relevantes dentro delas. Ao longo dos anos em que o IED chinês se manteve em crescimento, o país evoluiu também em termos do volume de projetos e dos valores desses aportes. O direcionamento de recursos para regiões em desenvolvimento é abordado, não somente no sentido de busca por recursos naturais, comumente associada à China, mas também na busca por mercados. Ainda, para além da China se colocar como uma fonte importante de IED, também representou uma forte economia anfitriã, posição mantida e reiterada em 2014, sendo a maior receptora global, com dados da UNCTAD (2015).

A despeito da internacionalização da China se tratar de um fenômeno relativamente recente, os padrões apontados na última década já passam por mudanças que muito influem sobre o que pode estar por vir na atuação do país. Assim, compreender as variáveis que englobam os projetos chineses, traduzidos nos valores de fluxos e no estoque de IED proveniente do país, se faz relevante para entender o mercado-alvo do gigante asiático. No que diz respeito as economias em desenvolvimento analisadas, cabe apontar que se inserem no IED Sul-Sul, que constitui uma importante face dos investimentos da China, refletidas nos exemplos do Brasil e da África. Ademais, ao longo dos anos houve um aumento na participação das economias em desenvolvimento no IED global, ao passo que os desenvolvidos reduziram.

Apesar da evolução notável da China do papel desempenhado como fonte de IED, foi constatada uma diminuição no último triênio analisado no capítulo 1, de 2017 a 2019. Ainda assim, como foi reiterado na pesquisa, o país se manteve em relevância por abrigar a maior parte das empresas multinacionais das economias em desenvolvimento e de transição, apontado pelo WIR da UNCTAD (2019). Deste modo, as EMNs são destacadas nos fluxos de investimento da China, principalmente quanto o papel central que as empresas estatais chinesas desempenharam. Empresas estas que, ao longo dos anos, passaram por processos de maior liberalização, culminando no incremento da presença global da China e,

notadamente, no continente africano e no Brasil, regiões compreendidas neste estudo.

Os destinos do IED chinês presentes nesta análise englobaram mercados exportadores fundamentais para a China, o que coloca grande parte dos seus objetivos em seus investimentos pautados na garantia de insumos para abastecimento da população, conforme analisado no presente estudo. No tocante ao caso da África, em específico, cabe voltar o olhar para os empréstimos advindos de instituições financeiras chinesas. Esse movimento faz parte da estratégia da China de garantir os recursos naturais que demanda dos países africanos e se coloca como mais uma vertente dos investimentos do gigante asiático. De igual modo, a África se insere na estratégia chinesa de busca por mercado. No que se refere à inserção no Brasil, por outro lado, há uma maior participação em projetos no setor de energia, ao longo da série histórica analisada, porém, com interesses mais recentes na expansão no setor de tecnologia. Nesse sentido, junto à inserção no setor automotivo brasileiro que também tem grande destaque, a busca por mercado é destacada na estratégia chinesa no Brasil.

Em adição, a ênfase à internacionalização da China também se dá pela procura cada vez maior pela diversificação na sua inserção global. O histórico chinês de regulação estatal somadas às necessidades internas, as quais permanecem influenciando o IED, tiveram um papel fundamental na evolução desses investimentos em economias em desenvolvimento. De igual modo, para além do relacionamento diplomático do Estado chinês com as demais economias, iniciativas como a *Belt and Road Initiative* (BRI) comprovam que a ambição global permanece em expansão, com intenções compatíveis com o crescimento econômico histórico do país.

Por conseguinte, cabe considerar que os movimentos observados e analisados neste estudo ao longo dos últimos anos, dizem respeito à inserção da China em um mundo, cuja globalização apresenta novas faces de retrocesso em ambiente mais instável. Outra perspectiva da análise em relação à China deve continuar sendo a capacidade de adaptabilidade do país, dada a quantidade de recursos e de projetos que detém, podendo ser traduzidos em estratégias de investimentos e de expansão global. Nesse sentido, a diminuição dos fluxos de IED chineses não representam unicamente uma desaceleração de seu crescimento, mas uma conjuntura proveniente da globalização na ordem em que está inserida.

Referência Bibliográfica:

BARNEY, J.B; HESTERLY, W.S. *Administração Estratégica e Vantagem Competitiva*. 4ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010, p. 248-249.

BRAUTIGAM, Deborah. A critical look at Chinese ‘debt-trap diplomacy’: the rise of a meme. *Area Development and Policy*. Regional Studies Association, v. 5 (1), 2019.

BRAUTIGAM, Deborah et al. *Chinese Loans to Africa Database*, Washington, DC: China Africa Research Initiative, Johns Hopkins University School of Advanced International Studies, 2019.

BRAUTIGAM, Deborah; HWANG, Jyhjong. *China-Africa Loan Database Research Guidebook*, 2019. Disponível em:

<https://static1.squarespace.com/static/5652847de4b033f56d2bdc29/t/5efd04572c baa4329d32be1e/1593640026011/SAIS-CARI+Research+Guidebook+2020.07.01.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2020.

Centro Empresarial Brasil-China (CEBC). *Boletim de investimentos chineses no Brasil 2012-2013*. Rio de Janeiro, 2014.

Centro Empresarial Brasil-China (CEBC). *Investimentos chineses no Brasil*. Rio de Janeiro, 2011.

Centro Empresarial Brasil-China (CEBC). *Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012*. Rio de Janeiro, 2013.

Centro Empresarial Brasil-China (CEBC). *Investimentos chineses no Brasil 2014-2015*. Rio de Janeiro, 2016.

Centro Empresarial Brasil-China (CEBC). *Investimentos chineses no Brasil 2016*. Rio de Janeiro, 2017.

Centro Empresarial Brasil-China (CEBC). *Investimentos chineses no Brasil 2017*. Rio de Janeiro, 2018.

Centro Empresarial Brasil-China (CEBC). *Investimentos chineses no Brasil 2018*. Rio de Janeiro, 2019.

CHEN, Wenjie; DOLLAR, David; TANG, Heiwai. Why is China Investing in Africa? Evidence from the Firm Level. *The World Bank Economic Review*. Oxford University Press, v. 32 (3), p. 610-632, 2018.

CHEN, Yan; RUIRUI, Zhai; H. ZHANG, Kevin. *Natural Resources and Foreign Direct Investment in Africa: Evidence from Chinese Firms*. *Sustainability*, v. 12 (22), 2020.

DOKU, Isaac; AKUMA, John; OWUSU-AFRIYIE John. Effect of Chinese foreign direct investment on economic growth in Africa. *Journal of Chinese Economic and Foreign Trade Studies*, v. 10 (2), jun. 2018.

DONOU-ADONSOU, Ficawoyi; LIM, Sokchea. On the importance of Chinese investment in Africa. *Review of Development Finance*, v. 8, n. 1, p. 63–73, jun. 2018.

DUNNING, John H.; LUNDAN, Sarianna M. *Multinational enterprises and the global economy*. Second Edition. Cheltenham, UK/Northampton, USA: Edward Elgar Publishing, Inc., 2008, p. 95-111.

FU, Xiaolan; BUCKLEY, Peter J.; FU, Xiaoqing Maggie. The Growth Impact of Chinese Direct Investment on Host Developing Countries. *International Business Review*, Elsevier, vol. 29 (2), 2020.

Ipeadata. *Taxa de câmbio comercial para venda: real (R\$) / dólar americano (US\$)*
– média. Disponível em:
<<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=31924>>. Acesso em: 5 dez. 2020.

KUPFER, David; DE FREITAS, Felipe Rocha. Direções do Investimento Chinês no Brasil 2010-2016: Estratégia Nacional ou Busca de Oportunidades. In: Centro Empresarial Brasil China (CEBC). *China: Direções Globais de Investimentos (2018)*. Rio de Janeiro, 2018. p. 130-173.

NNAJIOFOR, Peterson. *Chinese and Western Investments in Africa: A Comparative Analysis*. International Critical Thought, p. 1–10, 2019.

PAUL, Justin; R.G. BENITO, Gabriel. *A review of research on outward foreign direct investment from emerging countries, including China: what do we know, how do we know and where should we be heading?*. Asia Pacific Business Review, v. 24 (1), p. 90-115, 2018.

PEDROSA, Oswaldo; CORRÊA, Antônio. *A Crise do Petróleo e os Desafios do Pré-Sal*. Disponível em:

<https://www.fgv.br/fgvenergia/oswaldo_pedrosa_petroleo/files/assets/common/downloads/publication.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020.

PEREIRA, Lia Baker Valls. As relações econômicas Brasil-China: do comércio para o desenvolvimento. In: Centro Empresarial Brasil China (CEBC). *China: Direções Globais de Investimentos (2018)*. Rio de Janeiro, 2018. p.101-129.

State Council of the People's Republic of China. *Full text: Action plan on the Belt and Road Initiative*. Disponível em:

<http://english.www.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content_281475080249035.htm>. Acesso em: 5 dez. 2020.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *Model Law on Competition (2010) – Chapter III*. Disponível em:

<https://unctad.org/system/files/official-document/tdrbpconf7L3_en.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Report 2020: International Production Beyond the Pandemic*.

Disponível em: < https://unctad.org/system/files/official-document/wir2020_en.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *UNCTAD Training Manual on Statistics for FDI and the Operations of TNCs*, 2009.

Disponível em: < https://unctad.org/system/files/official-document/diaeia20091_en.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Report 2017: Investment and the Digital Economy*. Disponível em: < https://unctad.org/system/files/official-document/wir2017_en.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Report 2015: Reforming International Investment Governance*.

Disponível em: < https://unctad.org/system/files/official-document/wir2015_en.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Report 2019: Special Economic Zones*. Disponível em: <

https://unctad.org/system/files/official-document/wir2019_en.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.